

Maria Léo Fontes Borges Araruna

**EM BUSCA DE UMA TRANSDEMOCRACIA:
as coletividades gênero-diversas como potências disruptivas do Direito
e constituintes de mundos porvir**

Brasília

2021

Maria Léo Fontes Borges Araruna

**EM BUSCA DE UMA TRANSDEMOCRACIA:
as coletividades gênero-diversas como potências disruptivas do Direito e
constituintes de mundos porvir**

Trabalho de conclusão de curso de Direito,
habilitação em Bacharelado, da Faculdade
de Direito da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Evandro Charles Piza
Duarte.

Brasília

2021

Agradecimentos

Este trabalho se dirige ao Futuro, a um espaço-tempo não muito distante em que ninguém mais conseguirá fazer com que eu me odeie por ser quem sou. Escrevo para alcançar uma conversa entre as pessoas que sangram comigo e aquelas que, por mais que vivenciem sua história corporal de um jeito diferente de mim, não deixam de lutar pela libertação trans. Quero que minhas palavras, minhas histórias, os caminhos de mundo que trilho, funcionem como pólen, como pegadas travestis que possam bagunçar realidades, criar aproximações e, também, distanciamentos. Eu escrevo para não desistir de mim mesma e de ninguém que luta pela vida junto de mim.

Agradeço por toda essa caminhada turva pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília a determinadas pessoas e grupos os quais sem vocês eu não conseguiria arranjar forças e esperança para me manter firme, aguentar os desafios e ser uma mina muito da babadeira por ter transicionado em meio a esse lugar esquisito cheio de terninhos, pastinhas e saias coladinhas. Tenho orgulho de mim e de todas as amizades que conseguiram me desvirtuar do bom caminho jurídico e a me manter bem doidona frente ao “bom comportamento” dos que seguram vade mecum como um troféu. Nunca tive paciência para quem se leva muito a sério e eu vim parar logo na FD, que ironia! Hoje, percebo que me vinguei, mesmo que de forma silenciosa. Usei do meu corpo, da minha feminilidade caduca e da minha inteligência, para dizer “NÃO” a um sonho de estabilidade e burocracia que não me alimenta a alma, que não me cabe. Fiz dos percursos acadêmicos — ensino, pesquisa e extensão — uma arma de conhecimento para alcançar a artista que briguei tanto para ser. Mas sei que não conseguiria nunca ser a Maria Léo sem vocês:

Bebeto, obrigada por ser meu primeiro amigo na Universidade, sem você eu teria chorado de solidão em todas as festinhas da FD. Foi graças a você que eu conheci a Teoria Queer, que eu descobri que é possível, sim, ser uma bixa safada e estudiosa ao mesmo tempo. Obrigada por ter me estendido a mão nos momentos difíceis e por ter sido o maior companheiro que poderia encontrar dentro desses muros avermelhados. Aprendi a matar aula com você e, desde então, só foi ladeira abaixo! Obrigada por me mostrar a grande erradona que eu guardava dentro de mim; é graças a esse lado “sombrio” que eu me considero tão realizada hoje em dia. Você foi a primeira pessoa a me chamar de travesti, nunca vou esquecer. Te amo.

Grupo d@s Paleteir@s: Helena, Jennyffer, Vinícius, Josy, Tutu, Iago e Renata, eu juro que, assim que entrei na FD, achava que estaria fadada a encontrar só pessoas prepotentes e arrogantes, mas com vocês eu descobri que, mesmo em um espaço tão egoísta, ainda se pode achar cuidado, atenção e amizades verdadeiras. Vocês me aceitaram sem pestanejar quando anunciei meu processo de transição; dividiram comigo uma confluência de ideias sobre o mundo que fez com que eu me sentisse pertencente. Obrigada pelos dias de McDonald's, pelas risadas e mini discussões. Agora com a distância, vocês podem achar que eu não ligo para vocês, mas eu nunca vou esquecer o primeiro beik, as bebidinhas junto às pegações esquisitas, as musiquinhas hipsters, os presentinhos de aniversário e a luta infundável por juntar Jenny e Iago. Eu amo vocês, de verdade. Ah, também amo muito uma guria feia que a gente conheceu chamada Thaliny. Espero que ela volte logo do Piauí para me enfeitar mais um tiquinho. Tenho que admitir que até sinto um pouco (bem pouco) de saudades dela.

Corpolítica, o que eu vou poder dizer sobre a gente? Nós fomos o meu maior ato de amor no mundo. Eu conheci as melhores pessoas da minha vida. Tão nova e já consegui encontrar uma família que me acolhesse e me entendesse completamente. Encontrar vocês, todo sábado, por uns três anos é o meu maior sinônimo de felicidade. A gente acabou, mas a minha memória vai guardar para sempre as transformações, a criatividade e o poder que descobrimos entre nós. Conseguimos fazer tanta coisa linda, mudamos a vida de muita gente. Vocês são o meu verdadeiro motivo de não ter me arrependido nunca de entrar na UnB para cursar Direito. Se eu não estivesse lá na FD, eu nunca poderia ajudar a construir, desde o início, o que seria a maior e melhor coletiva LGBTQIA+ de todos os tempos. Eu sei que nós somos muito diferentes (ainda bem!), mas eu amo e tenho muito apego a nossa história. Obrigada, do fundo do meu coração, a todes que forjaram a gata garota corajosa e braba que eu sou hoje: Mariah, Mariana, Jefie, Gustavo, Rebecca, Iana, Dandara, Gabriel, Caetano, Bianca, Rubens, Taya e Lua. Vocês são o meu maior sonho realizado.

Obrigada, Evandro, meu orientador, por ser o diferencial de educador que precisamos para esse futuro que estamos construindo. A sua inteligência e zelo por nós, estudantes dissidentes, faz com que a gente queira, cada dia mais, superar as limitações que nos foram impostas, disputar os espaços de poder e engolir esse mundo todo com o nosso brilho! Ainda bem que você existe. Graças a você descobri que, mesmo nos lugares mais tradicionais e dominados pela hegemonia, há como traçar estratégias de sobrevivência. Obrigada por apadrinhar/amadrinhar a Corpolítica e por permitir que o

meu lado artístico florescesse em meio ao academicismo. Você não me levou pelos caminhos simplórios da racionalidade, mas, ao contrário, deixou que eu me perdesse em meus imaginários e desejos de pesquisa. Você é muito importante para mim. Amo você. Mamãe, durante esses 8 anos na Universidade, nossa relação passou por muitas mudanças. Você viu surgir diante de você não só uma mulher, mas uma pessoa decidida, crítica, com gana política; antes, eu achava que foi o espaço universitário que tinha me incentivado a adotar essa postura transformadora e rebelde diante da vida. Mas quer saber? Eu me enganei. Você é a responsável por me estimular, desde criança, a ser criativa, a organizar minhas ideias e a levantar a cabeça nos momentos mais difíceis. Eu só precisava encontrar pessoas que tinham experiências próximas a minha para florescer o que você já havia plantado em mim há muito tempo. Obrigada por ter me defendido em todos (todos mesmo!) os momentos que algum menino chato me xingava de viadinho. Obrigada por ter me ensinado que determinação e fé são os ingredientes necessários para eu chegar onde quer que eu deseje! E muito, mas muito obrigada, por não ter pensado duas vezes em se armar ao meu lado nessa guerra contra o preconceito. Nós, juntas, somos o maior exemplo de uma família do futuro! De como uma família deve ser simplesmente e facilmente amor, companheirismo, escuta e muitas risadas. Tantas pessoas trans e LGBTQIA+ queriam ter uma mãe como você. E eu fui abençoada com essa sorte. Você é fodona e estamos juntas até o fim! Te amo demais, com todas as minhas forças!

E valeu, UnB, por ter me aberto oportunidades a tantos encontros importantes. Sempre fui apaixonada por você desde o primeiro dia em que pisei no Campus Darcy Ribeiro. Atravessar o minhocão para assistir uma batalha de rima e acabar vendo um debate político da esquerda estudantil acabando com a direita, ao som de estudantes cantando música gospel, é tudo para mim. É essa loucura que eu quero, cada vez mais, para o meu futuro. Obrigada por fazer parte da minha história. É por habitar seu terreno que consegui ser uma travecona perdida e cheia de vontades de transformação. E eu só quero ir de mal a pior!

Resumo

Esta pesquisa busca compreender como as corporeidades trans se constituem diante do poder disciplinar do Direito e como suas narrativas coletivas, múltiplas e marginais, sugerem caminhos de ruptura com esse campo do poder-saber e para a sociedade, como um todo. Busca-se um mundo jurídico aberto às criatividades discursivas de corpos dissidentes no gênero; que se movimenta em direção a um rompimento com a produção de verdades fechadas e pré-estabelecidas. Para isso, uso de duas metodologias principais, a Baixa Teoria e a Autoetnografia, para traçar um deslocamento com as formas de produzir conhecimento típicas do academicismo. Com elas, debruço-me, respectivamente, tanto sobre narrativas expostas em lugares *on-line*, longe do rigor científico, quanto sobre minhas próprias lembranças e relatos pessoais, o que faz de mim, também, o próprio objeto da pesquisa. Com esses rasgos na forma de tecer conhecimento, tensiono a rigidez característica do Direito e profetizo a possibilidade de uma Transdemocracia, um estado democrático futurista, mas que realiza suas tessituras desde já, ao permanecer atento à escuta de linguajares afiados fabricados por nós: corpos que enxergam o mundo pelas margens.

Palavras-chave: identidades trans; tecnologia de gênero; direito; cidade; democracia

SUMÁRIO

Introdução	8
1. Autodeterminação Trans no Brasil: embates e negociações com tecnologias de gênero colonizadoras	16
1.1 Entrei na UnB e virei uma bixa esquerdopata feiosa	16
1.2 Nós que tem prótese a gente sente, né, Nicole? Ou Como as bixas se fabricam?.....	18
1.3 O gênero como <i>cistema</i> colonizador	19
1.4 Uma história das categorias trans é também um enredo sobre moda e biotecnologia	20
1.5 “Gênero, não me deixe cair em abjeção”	22
1.6 “Gênero, eu me componho em outras texturas”	24
1.7 Autoenunciação: pela criação de uma gramática-trans	25
1.8 “Gênero, eu exijo novos dialetos”	27
1.9 Auto(in)determinação ou (des)Montação de si	29
2. A Cidade como Tecnologia de gênero: narrativas sobre como a negação ao direito à cidade constitui a identidade travesti	32
2.1 O direito à cidade como denúncia ao mundo jurídico	32
2.2 O extermínio dos monstros urbanos	35
2.3 O corpo da cidade ou Como as bixas são fabricadas?	41
2.4 Primeira narrativa: os olhares	42
2.5 Segunda narrativa: os boy-cis-ht	45
2.6 Terceira narrativa: um pouco de reclusão, um pouco de coletividade	47
2.7 Com outra cidade, novas socializações de gênero são possíveis	49
3. Corpolítica: rumo a uma Transdemocracia	53
3.1 Corpolítica: empoderamento de uma subjetividade coletiva	53
3.2 A Extensão corpolitica como ocupação da univerCidade	55
3.3 Novos espaços, novos tempos ou Como as bixas quebram a fábrica?	58
3.4 Transdemocracia: por um Direito aberto aos afetos chega-se ao traviarcado	60
Considerações Finais	63
Referências bibliográficas	64

Introdução

A pesquisa que você vai encontrar aqui surge de uma necessidade em trilhar novos rumos para as existências trans¹. É muito cansativo viver em um país que tanto nos odeia, que tanto nos executa. Segundo informações divulgadas no ano de 2020, pela ONG Transgender Europe (TGEU), o Brasil, pelo 12º ano consecutivo, lidera as mortes de pessoas trans femininas (mulheres trans e travestis), com 152 assassinatos. Entre 75 países analisados, o Brasil reúne, durante os 12 anos de relatoria da organização, um número alarmante de 3.664 casos (TGEU, 2020).

Assim, faz-se mais que necessário pensar nossos futuros, ainda mais quando meu corpo travesti se faz presente nas estruturas de ensino jurídico do país. Por isso, decido trabalhar, nesta monografia, sobre como as corporeidades dissidentes de gênero² se constituem diante do poder disciplinar do Direito e como suas narrativas coletivas, múltiplas e marginais, sugerem outros caminhos para a nossa sociedade. Para lutar contra as forças controladoras, devemos nos encaminhar para um novo Direito que abarque em seu cosmos um ímpeto antidisciplinário. É urgente que possamos desaprender nossos saberes (HALBERSTAM, 2020).

Preciado (2011) denomina de “Sexopolítica” um dos matizes de controle da vida no mundo contemporâneo. Esse conceito se refere a como os campos de Poder-Saber (Direito, Medicina, Psicologia, Economia, por exemplo) agenciam nossos corpos por meio de normatividades/práticas discursivas de gênero. Dessa forma, a “Sexopolítica” existente visa determinar as nossas formas de subjetivação social, nossas criatividade corporais e nossas formas de experimentar o mundo.

Rolnik (2019) entende que esse caminho disciplinar cafetina e controla nossas potências de vida: nossa possibilidade de se encorajar a encontrar novos rumos de existência. Ou seja, é uma forma de impedir a vida de sua constante transmutação. Entretanto, os corpos excluídos, rejeitados e oprimidos por esse *modus operandi* carregam potências políticas por possuírem uma visão marginalizada sobre as coisas e por embarcarem, muitas vezes, em um enfrentamento contra essas normas, como estratégia de sobrevivência e resistência.

¹ Trans é um termo abrangente. Abarca travestis, transexuais masculinos e femininos, transgêneros e pessoas não binárias.

² Como corporeidades dissidentes de gênero, eu considero todos aqueles corpos que transgridem com os padrões e normas hegemônicas de gênero, como as bichas, as sapatonas, as travestis, os homens trans, entre outros.

No primeiro capítulo, analiso como as pessoas trans se apresentam como multidão plural ao agirem sobre a “Sexopolítica” como um espaço de ruptura. A partir de embates e negociações com ferramentas de construção do corpo (Moda, Biotecnologia e Autoenunciação), consegue-se encontrar autodeterminação frente a dispositivos coloniais os quais regem uma visão totalizante da vida.

No segundo capítulo, utilizo algumas de minhas experiências como vítima de constrangimentos e inseguranças nos espaços em que ocupo por ser travesti para entender como que as falhas do sistema jurídico também operam como motores de violência para os corpos expulsos da “normalidade”. Portanto, aponto, a partir do Direito à Cidade, como o sistema jurídico não só é agente de descrição e prescrição dos corpos, mas, também, como seu abandono e incompetências produzem identidades dissidentes.

Portanto, pelas corporeidades não-normativas se constituírem nessa comunicação com os regimes de Poder, como o Direito (foco desta pesquisa), é que elas podem, a partir de uma força coletiva, proporem novas perspectivas de rompimento com esses mesmos regimes; novos mundos têm a chance de surgir. Uma prática de “desterritorialização” acontece, de forma simultânea, entre corpo e os espaços que ocupa, o que gera uma possibilidade de ação política por meio de afetos os quais serão revertidos em novos campos semânticos de apreensão da vida e novos caminhos de subjetivação e de socialização poderão vigorar (PRECIADO, 2011; ROLNIK, 2019); e, então, a afirmação de um Direito atraído pelas rupturas, pela poética e por aquilo que está por vir se torna possível. Assim, com o linguajar jurídico em constante mutação, tem-se uma amplitude do próprio conceito de Democracia: aquela que é inacabada, que está sempre se reformulando e compreendendo seus limites, deixando-se contaminar, cada vez mais, por um linguajar criativo e dinâmico; é o que denomino, nessa pesquisa, a partir do meu olhar travesti, como “Transdemocracia”. Tudo isso será observado no terceiro e último capítulo, tendo como objeto de análise a coletiva e projeto de extensão Corpolítica, a qual trabalha com o empoderamento e a conscientização de jovens LGBTQIA+ sobre seus direitos.

As metodologias que utilizarei para descrever esse percurso, além da pesquisa bibliográfica, são duas: a Baixa Teoria e a Autoetnografia. A primeira é um caminho realizado por Jack Halberstam (2020), pessoa transgênero, que se inspirou nos estudos de Stuart Hall ao trazer para o campo de análise da ciência a cultura popular e tudo que não é digno de um primor hegemônico academicista. Sendo assim, a fim de trazer rasgos e fissuras nos pensamentos hegemônicos que, muitas vezes, não conseguem explicar as

angústias e pluralidades de nós, pessoas trans, nem nos permitem estratégias e criatividade de sobrevivência e de ruptura, utilizarei, nessa pesquisa, manifestos e testemunhos de pessoas as quais se localizam fora do científico e que podem ser encontradas em sites e blogs com a temática LGBTQIA+³.

A autoetnografia, por sua vez, é proveniente desse raciocínio, pois sua potência está em fazer com que haja uma intensa quebra do modelo canônico de pesquisa em que há a necessidade irreal de se pregar um distanciamento entre o objeto de pesquisa e a pesquisadora (ELLIS et al., 2011). Autoetnografar é unir autobiografia com a etnografia, é entender como que situações pessoais são moduladas por noções culturais e políticas. Com essa lente para a produção de conhecimento, rompo com o binário artístico/científico e faço de minha narrativa algo fora dos modelos hegemônicos de escrita perpetuados por uma academia masculina, racista e transfóbica (ELLIS et al., 2011). Dessa forma, acredito conseguir contribuir na afirmação do debate de gênero como elemento estrutural para uma reflexão séria no campo da ciência jurídica brasileira ainda marcada pela escassez e pelo epistemicídio (CARNEIRO; FISCHMANN, 2005).

Durante toda a leitura desta pesquisa, você, que me lê, vai se deparar com palavras que visam a neutralidade de gênero. Uso, então, para isso, o termo “pessoas” ou variações criativas de gênero em pronomes, substantivos e adjetivos criados por pessoas LGBTQIA+, como “elus”, “amigues”, etc. Faço isso para incomodar a comunidade acadêmica com uma linguagem nada convencional, na qual minha crítica possa estar inserida não só pelo conteúdo, mas, também, pela forma, pois considero forma e conteúdo como elementos que se constituem mutuamente. Além disso, associo muito do caminho científico que apresento em toda a extensão desta monografia com trechos de meu livro de literatura que escrevi em 2019, o “Bricolagem Travesti”. Assim consigo revisitar a Maria Léo artista com a que está prestes a se formar em uma Universidade; unir o poético, o imaginativo, o sensorial, com aquilo que é do reino do rígido e do rigoroso, acredito ser um dos principais pilares objetivos deste estudo.

Por fim, faz-se necessário como ponto de partida dessa pesquisa trazer um panorama geral sobre como os projetos disciplinadores da Medicina, da Psicologia e do Direito construíram historicamente as identidades trans. Por muito tempo, a autonomia

³ Não pretendo com isso dizer que todo o discurso acadêmico deva se constituir desse modo, mas que no caso de determinadas pessoas excluídas das tradições hegemônicas da cultura acadêmica esse recurso é válido. Isso porque é a partir dele que reencontramos as perspectivas marginalizadas pelas estruturas de poder hegemônicas que impediram o acesso de pessoas trans por décadas.

para manusear, de modo material e discursivo, nossas feminilidades, masculinidades e androginias estava atrelada às prescrições patológicas desses poderes; ser o que somos era sinônimo de um “corpo doente” (ARRUDA, 2020).

Assim, foi a partir do embate entre diferentes vozes — entre aquelas das autoridades institucionalizadas, e aquelas marginais, provenientes de nossos gritos — que o entendimento sobre as possibilidades de ser travesti, mulher trans, homem trans e não binário é construído. Por isso, traçar uma rápida reflexão sobre os argumentos patologizantes de nossa identidade é uma tarefa necessária, embora dolorida. Isso porque tais narrativas nos foram impostas sob um olhar cisgênero-masculino — em termos de “transexualismo” — ainda são capazes de perturbar e restringir a autodeterminação pelo nosso corpo e pela nossa subjetividade. É importante compreendermos, por meio da história, os desvios e embates que realizamos para consagrar nossa pluralidade frente aos laudos e receitas que teimam em julgar e aferir legitimidade a nossa realidade no gênero.

Decido, então, dar atenção a três escritos dos seguintes autores: Richard von Krafft-Ebing, David O. Cauldwell e Robert J. Stoller, os quais publicaram obras em 1886, 1949 e 1975, respectivamente, sobre experiências diagnosticadas como transexuais. Escolhi falar sobre esses pesquisadores, em específico, deixando muitos outros para trás, porque, além de serem reconhecidos nesse campo, é possível compreender uma ordem cronológica de suas obras e acompanhar por meio de seus relatos a evolução de uma sistematização sobre o “transexualismo”.

Esses homens, imbuídos em um sistema simbólico de conhecimento do mundo pautado pela dominação binarista e cis-heteronormativa, realizaram seus escritos promovendo descrições de subjetividades desviantes da norma por meio de uma análise ditada pelo estigma da anormalidade. A partir disso, observarei como que o status de linguagem científica possui o poderio de estabelecer imaginários e, também, concepções materiais sobre sujeitos marginais.

O primeiro autor, Krafft-Ebing (2001), no livro “*Psycopathia Sexualis: as histórias de caso*”, lança mão de suas interpretações provenientes de narrativas pessoais para estabelecer diagnósticos e anomalias. Esse livro é caracterizado pelo seu linguajar de difícil acesso, pois escrito em latim, e é criado exclusivamente para servir como manual para o trabalho de uma classe de cientistas. A obra não poderia ser disseminada, de forma alguma, pois se acreditava que seria capaz de corromper as pessoas que a lessem. Isso só demonstra a capacidade que corpos dominantes da estrutura social possuem em manusear

os dispositivos necessários para criar significados e estigmas excludentes sobre grupos subalternos.

O autor realiza, nesse livro, uma longa lista com diversas terminologias as quais ele determina uma separação e diferenciação entre os casos analisados. É um verdadeiro glossário que normatiza experiências, a fim de buscar uma verdade específica capaz de encaixar histórias de dissidência. Isto é, com base em algumas alegações e em processos reguladores da subjetividade, uma vivência desviante poderia ser considerada “transexual”, “homossexual”, “lésbica”, “andrógina” ou, até mesmo, “hermafrodita psíquica”, por exemplo! E suas análises focadas em transexuais, em específico, são muito baseadas em uma “disfunção familiar” que o paciente pode ter se deparado, ou seja, há uma busca por doenças mentais e nervosas nos parentes para poder conceber um diagnóstico de anormalidade a essas pessoas (KRAFFT-EBING, 2001).

O segundo autor, Cauldwell (2006), no livro “*Psychopathia Transsexualis*”, perpetua a noção da disfunção no desenvolvimento das pessoas transexuais e acrescenta a possibilidade de uma predisposição genética hereditária. Esse autor é muito conhecido por se aprofundar nos estudos sobre a transexualidade, mas assim o faz de forma extremamente patologizadora. Impregnado por uma visão contextualizada sobre a construção do gênero pela biologia e por uma natureza que diz a verdade sobre o que um corpo deve ser, o pesquisador classifica as pessoas transexuais como psicologicamente deficientes, pois elas falhariam em maturar seu status biológico e sexual dado, de maneira apropriada. Isso nos possibilita perceber que aqueles que não encontram abrigo sob uma norma que naturaliza o gênero a partir de características biológicas acabam sendo abarcados por teorias cisnormativas que os subjuga.

Por fim, o terceiro autor, Stoller (1982), no seu livro “*A Experiência Transexual*”, se debruça sobre o fenômeno transexual tentando encontrar os fatores originários para essa condição. É importante atentar-se para o fato de que a simples busca por um marco causador da transexualidade já propõe uma incapacidade em conceber tais sujeitos como múltiplos, plurais e possuidores de diferentes trajetórias de vida. Preocupar-se com a origem de uma experiência no gênero é simplesmente tentar objetivar e emoldurar caminhos contraditórios, muitas vezes turvos e também interseccionais, que a subjetividade de uma pessoa pode percorrer para a compreensão de si. E isso acontece especialmente quando vidas à margem da norma são localizadas e exploradas pelo olhar hegemônico que submete tudo aquilo que é diverso e dissidente.

Ainda pautado em uma concepção de gênero baseada no sexismo biológico, Stoller (1982) categoriza homens trans como transexuais femininos e mulheres trans como transexuais masculinos. E insiste em tratar essa experiência como uma farsa, uma mentira; acreditando existir uma verdade legítima por trás desse disfarce da transexualidade.

Além disso, ele se dispõe, em suas narrativas, de estereótipos de gênero para analisar as vivências e processos de sociabilidade de pessoas trans. Para os homens transexuais, por exemplo, ele diagnostica a probabilidade de uma mãe depressiva e ausente, um quadro psíquico que, segundo ele, pode ter obrigado a criança a se afastar da feminilidade, masculinizando-se. Essa culpabilidade na responsabilidade da mulher em repassar os traços do feminino adiante para um crescimento considerado normal da criança é só mais uma demonstração da necessidade de se afirmar papéis sexuais tradicionais dentro da família heterossexual. E, no caso das mulheres transexuais, ele acredita que a possibilidade de “mudança de sexo” só poderia ser total e real se o nível de feminilidade dessas pessoas fosse bastante expressivo; o que apresenta, novamente, a necessidade de se ressaltar a estereotipia para poder classificar uma pessoa (STOLLER, 1982).

Stoller (1982) é um dos principais cientistas que, ao estudarem a transexualidade, acredita que a melhor solução para essa questão seria providenciar a “transformação sexual” do paciente. Mas para que isso pudesse ser feito seria necessário ter certeza que se encontrou um “transexual verdadeiro” e esta veracidade seria medida a partir de conceitos bem assentados e firmados sobre o que deve ser um homem ou uma mulher na sociedade. Por fim, o pesquisador também acredita que há possibilidades de reverter as crianças que poderiam vir a apresentar tal laudo. Esse processo de tratamento seria feito junto com a família, principalmente com as mães, e Stoller afirma que induzir uma masculinidade ou feminilidade adequada na criança é a melhor solução para um desenvolvimento fora da anormalidade e que um quadro melhor a se chegar seria torná-la, no mínimo, um homossexual. Isso ressalta bem o temor que se tem de uma experiência corporal-subjetiva dissidente dentro das amarras de gênero e de como este é fator fundante de reconhecimento, identificação, existência e pertencimento das pessoas na sociedade.

E é importante realçar, aqui, que o mundo jurídico, principalmente o Judiciário com sua capacidade interpretativa e argumentativa, tem em seu histórico de atuação um amplo uso, em irmandade à Medicina e à Psicologia, de concepções patologizantes e discriminatórias sobre as pessoas trans. Esses poderes atuam como uma rede em que um

referencia o outro e, assim, eles se mantêm seguros em sua legitimidade em prescrever e disciplinar corpos (CORTÊS, 2019).

Desde 2016 vinha sendo realizado um processo de revisão do Código Internacional de Doenças (CID) promovido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que foi efetivado em maio de 2018, em uma Assembleia Mundial de Saúde. Dentre as mudanças ocorridas, está a reconceitualização da categoria “transexualismo” para “Incongruência de Gênero na Adolescência e Vida Adulta”, remanejando-a do capítulo de Transtornos Mentais e Comportamentais” para um novo capítulo chamado “Condições Relacionadas à Saúde Sexual”, além de acabar e retirar quaisquer terminologias e critérios que sejam estigmatizantes e patologizantes.

Essas mudanças, tanto na linguagem quanto no capítulo, são importantes para trazer novas perspectivas e características à transexualidade, pois se remove definições que asseguram um imaginário de doença e incapacidade a essas pessoas. É de extrema importância ter em mente que a transexualidade ainda continua presente no CID, ela não está sendo retirada, assim como foi a homossexualidade. A luta foi para uma revisão dos elementos discursivos que constituem a transexualidade; é uma ruptura com os estigmas e com toda uma história de tutela e silenciamento de nossas vozes sobre o que é ser uma pessoa trans. Mas há um motivo para a manutenção da transexualidade no rol classificatório do CID: o acesso a políticas públicas em diversos países, como o Brasil, exigem que as pessoas trans sejam portadoras de um código CID para recorrer a direitos no campo da saúde (ROCON *et al*, 2017)

Por fim, acredito ser importante pautar aqui que todo esse processo de despatologização e de mudança nas definições do Código Internacional de Doença (CID) sobre o que é uma pessoa trans se deve a uma disputa muito maior e anterior. Pois foi em meio a uma luta antiga e incansável de organizações nacionais e internacionais que defendem os direitos de pessoas trans que estratégias discursivas foram construídas, a fim de fissurar toda uma narrativa transfóbica patologizante que se estabelece entre profissionais do mundo da Saúde e, também, do Direito.

Essa disputa pelos significados da transgeneridade me leva a pensar que este termo e seus vocábulos em paralelo (transexual, travesti, trans, etc) podem ser pensados como “conceitos interativos”, ou seja, criados tanto por saberes especializados, quanto pelos corpos que os vestem. Não somos produtos cuspidos de escritos masculinos, brancos e cisnormativos, disputamos com estes um caminho longo e marginal de criatividade sobre quem somos (ARRUDA, 2020).

Essa interação, inclusive, pode ser percebida em um dos efeitos que o “fenômeno transexual” propagado por esses saberes normativos e pela própria mídia ocasionou: o fortalecimento de uma “contracultura trans”. Na vida cotidiana das cidades, essa multidão dissidente no gênero ensinava-se diferentes costumes e linguagens particulares, desenvolvia sua própria vernáculo; o que gerou diversificações de gênero mais precisas que aquelas usadas pela cisgeneridade médica (ARRUDA, 2020).

Sendo assim, é importante compreendermos que nossa vivência nas margens do gênero faz com que também integremos as disputas de produção de sentido do mundo. Portanto é preciso que sejamos eco de todo esse esforço histórico em constituir, no imaginário social, novas possibilidades de ser sujeito trans. É preciso persistir no silenciamento de uma voz cisnormativa patologizadora que nos conduz e nos aprisiona até hoje e afirmarmos nossa pluralidades e diversidade.

Portanto, acredito poder dizer que fomos pessoas que estivemos presas, por anos, em um corpo teórico errado (ARRUDA, 2020). Mas, agora, não mais. Dessa vez, sou eu, pessoa trans, que escreve A pesquisa. Somos multidão e podemos realizar nossas próprias costuras de gênero.

• • •

Desde criança, eu sabia que queria ser artista. Sempre tive uma paixão muito grande com uma linguagem pulsante do corpo, com um vômito de significados e sensações que surgem de uma manifestação artística e com a vontade inexplicável de querer contar histórias. Mas eu tenho que admitir que sentia vergonha em assumir esse desejo como o principal objetivo da minha vida. Cresci entendendo que arte não pode ser profissão, nem vocação, mas um *hobbie*. Algo legal que te deixa feliz nas horas vagas. E esse foi meu primeiro segredo, meu primeiro tesão: eu queria muito ser atriz e escritora; eu não tinha dúvidas de que estaria aí o meu verdadeiro lugar no mundo, mas minha mãe não tinha grana suficiente para me colocar em algum curso de interpretação. Eu também não insistia em demonstrar esse sonho para ela ou outra pessoa, até porque acreditava piamente que ninguém conseguiria sobreviver vendendo livros ou fazendo peças de teatro. Achava que era uma bobeira, um sonho fraco, por isso deixei para vivê-lo sempre em um futuro cada vez mais distante. Depois que eu me formar em um curso sério, depois que eu passar em um concurso público, depois que eu tiver a minha grana, aí, sim, eu

faria teatro. Quando estava prestes a fazer o vestibular da UnB, sempre foi dado para mim que eu tinha que escolher um curso de grande valor no mercado de trabalho e na moralidade familiar, algo como Relações Internacionais ou Direito. Algo que desse dinheiro e orgulho, sabe? E eu fiz tudo conforme o roteiro esperado. Passei para Direito na UnB e me tornei o troféu da família. “Olha como ‘ele’ é inteligente”. Lá estava meu atestado de fodona. Porém... tudo mudou quando a Maria Léo surgiu.

1.

Autodeterminação Trans no Brasil: embates e negociações com tecnologias de gênero⁴ colonizadoras

1.1

Na UnB, virei uma bixa esquerdopata feiosa

Depois que entrei na UnB, me conectei com um mundo nunca visto antes. Eram tantas perspectivas novas sobre como olhar o mundo, e elas sempre tinham uma relação direta com experiências pessoais vividas na infância e na adolescência. O “viadinho da escola” agora entrava em contato com Feminismos, Teorias Raciais e Movimento LGBTQIA+. E eu amava descobrir tudo isso, construir um senso crítico entre política e vida que sempre perpassava a centralidade e importância do corpo. Eu via ali uma possibilidade de unir a intelectualidade acadêmica a uma percepção sensorial da vida. A minha história, minhas dores e violências poderiam ganhar relevância em união às narrativas de outras pessoas semelhantes a mim em algum nível. Minha cabeça tombou, quando entendi que a política e a transformação social estavam não só em um lugar distante e institucionalizado, mas também nas pequenas porções do cotidiano.

⁴ Teresa de Lauretis (1994) propõe o conceito “tecnologia de gênero” a partir dos estudos foucaultianos que se referem a como a sexualidade é regulada por tecnologias sociais diversas, como cinema, escola, quartéis, entre outros. Para a pensadora, o gênero, tanto como representação quanto como auto-representação, é o processo e o produto (“engendramento”) de discursos, práticas e símbolos (tecnologias) recebidos de variadas estruturas e instituições de regulamentação e interpelação que invocam significados normativos de masculinidade e feminilidade.

Essas tecnologias de gênero se asseguram em regimes heterocisnormativos, criando homens e mulheres inteligíveis, “verdadeiros” e possíveis, e marginalizando aqueles corpos que permanecem fora do discurso, os quais apresentam perigo pois demonstram a desestabilização dessas representações. “Isso ajuda a compreender o lugar das identidades travesti e mulher transexual como uma produção simbólica que ocorreu nas margens, ou fora do discurso de gênero hegemônico” (QUEIROZ, 2016, p. 36).

Não demorei para mergulhar nas disciplinas e coletivas de luta que traziam essa bagagem voltada às identidades e à construção das vulnerabilidades sócio históricas. Deparei-me com pessoas tão incríveis, cheias de vida, estranhonas, com vivências que se cruzavam às minhas. E, então, eu descobri que poderia também encontrar outras possibilidades de mim mesma; era permitido me transmutar. Toda aquela energia engolida durante anos, todos aqueles sonhos e desejos soterrados dentro de mim, poderiam agora explodir e serem motivos não só de orgulho, e também de rompimento com expectativas e dimensões sociais que eu não me sentia confortável em pertencer e me perceber. Eu queria mais, queria que o mundo que eu havia escondido pudesse vir à tona sem medo, sem receio.

Conhecer pessoas trans, vê-las de perto, humanizá-las, entender o quão possível é ter outras experiências com o corpo fez com que eu entrasse em um casulo reflexivo por um bom tempo. E se eu fosse... isso? E se eu esculpisse em mim desejos antigos e adormecidos? E se eu tivesse a coragem de trazer a minha criança de volta e falar: “Sabe aquelas lombras infantis bem bobinhas, mas que já previam tudo? Todos os clichês... a toalha na cabeça, o vestido de lençol, o cabelo imaginário, a Ariel, a Mulan, a Pocahontas, a Esmeralda⁵, a Sailor Moon, a Sakura Card Captors⁶, a Hermione⁷, a Mary Jane⁸, a Anahí⁹...? Lembra? Então, tudo isso pode ser possível. Tudo isso pode estar registrado não só na sua memória afetiva, mas no seu corpo, aqui e agora. Toda essa semântica que você criou para ser quem você é, em segredo, pode, agora, ser sentida”.

Eu fiquei muito pensativa. Eu iria mudar tudo na minha vida. Seria isso mesmo? Eu não sabia se queria ser mulher, se eu já era uma, ou se eu seria uma travecona bem doidona, ou se eu seria uma bixona maravilhosa; sei lá onde eu iria parar. Não me interessava o destino, o que me interessava era a pulsão dentro de mim que queria experimentar, ver de qual é. Eu queria tentar algo novo pra mim, e, lá no fundo, essa busca por tentar fazia muito sentido.

Por onde começaria? Conteí para o meu melhor amigo, em uma mensagem de texto, de madrugada, que a partir do dia seguinte eu seria outra e esse dia nunca mais terminou. Eu fui me experimentar. Fui ser a bixa que sempre me corrigiram. Eu era muito esquisita! Usava umas blusas de super herói, com a manga dobrada, saias longas bem

⁵ Todas as quatro primeiras referências que cito são personagens femininas dos filmes da Disney.

⁶ Essas duas personagens são de desenhos japoneses, conhecidos como animes.

⁷ Personagem famosa da franquia de filmes e livros “Harry Potter”.

⁸ Envolvimento amoroso do famoso super-herói “Homem-Aranha”.

⁹ Integrante da banda mexicana RBD.

hippies, meus primeiros seios de sutiã com meias que me deixavam hiper peituda hahah, all star nos pés e batom vermelho pra acompanhar o xuxu. Uau! Eu jorrava tanta vida que estava cagando pra minha breguice. Eu sei que é bobo falar isso, mas não deixa de ser muito verdade: eu fui a minha primeira obra de arte; eu estava me montando, sem previsão de onde chegar.

E uma de minhas primeiras indagações frente a essa nova afirmação corporal diante da vida foi: Como as pessoas trans acontecem? Como se dão seus processos de autodeterminação? Quais são os caminhos possíveis que elas acionam para tornarem quem são?

1.2

Nóis que tem prótese a gente sente, né, Nicole?¹⁰

Ou

Como as bixa¹¹ se fabricam?

Agora, sim, passamos para a investigação sobre como que nós, criaturas marginalizadas no gênero e pertencentes ao território brasileiro, nos autodeterminamos. E escolho, aqui, três tecnologias que, em meio a embates e negociações, produzem e mantêm nossas identidades de gênero: a moda; a biotecnologia; e a autoenunciação. A escolha específica por essas três técnicas se deve a uma preocupação em considerar possíveis variáveis que interferem e implementam a construção de um corpo trans, para que a complexidade de análise dentro desse campo se amplifique a ponto de se fazer compreensível nossas diferenças e pluralidades. Logo, nossa investigação sobre a atuação de cada tecnologia na produção de um “devir trans” se apoiará, principalmente, na monografia da comunicadora e militante Taya Carneiro (2016) e, também, em relatos de pessoas trans encontrados nas seguintes páginas online: Seção “Os Entendidos” do site “Revista Fórum” e “Trasfeminismo.com”. Essas tecnologias são importantes porque são manipuladas com maior autonomia por parte dessas sujeitas, as quais, inclusive redefinem os parâmetros estabelecidos de seu uso.

¹⁰ Frase dita por uma travesti em uma reportagem que ficou bastante conhecida no meio trans. Pode-se ver aqui: https://www.youtube.com/watch?v=Vg_4UlxAM.

¹¹ Uso “bixa” com um sentido coletivo e com uma grafia costumeiramente usados pela comunidade LGBTQIA+ para se referenciar a um grupo de pessoas dissidentes nas normas de gênero e sexualidade.

Ao se encontrarem dispostas em um mundo de categorias e de processos de corporificação restritos, essas pessoas enfrentam constantemente procedimentos sociais controladores que visam constranger e destruir a autonomia de seus corpos e a propriedade de suas narrativas. E com o uso de hormônios, cirurgias, próteses, indumentárias, palavras, elas propõem novas maneiras de habitar o mundo e de romper com o regime de gênero da Cisheteronormatividade¹² que as intimida e as explora.

As análises e as críticas feitas aqui como mais alguns passos nessa caminhada pela autoidentificação das pessoas trans e pela transformação política. Deixo, então, meus rastros, para que outras e outros se apropriem e continuem nossas trajetórias transgêneras.

1.3

O gênero como sistema¹³ colonizador

Habitantes de territórios brasileiros, nossos corpos são modelados, assimilados e, também, interditados em meio a heranças coloniais de engendramento. Somos efeitos de um tempo histórico em que marcas de dominação europeia foram deixadas em nossas terras submetendo-nos a uma construção de si com base em regras brancas, masculinas e heterociscentradas.

Se a Colonização foi período datado do alargamento de uma economia de concorrência, de anunciação da modernidade europeia e, também, da violação, do

¹² A categoria Cisheteronormatividade pode ser compreendida como uma matriz de normas de gênero que torna determinadas identidades de gênero coerentes, inteligíveis e, assim, possíveis de existência ao seguirem seus pressupostos morais, comportamentais e simbólicos. Logo, aqueles que desviam das exigências dessa matriz se tornam ininteligíveis e são marginalizados (BUTLER, 2003). Esse termo é importante, pois demonstra a relação intrínseca entre dois outros conceitos relevantes de serem explicados: Cisnormatividade e Heteronormatividade.

O primeiro se refere à necessidade de alinhamento entre “sexo biológico” e “gênero”, ou seja, a definição do gênero de alguém precisa estar ligada a um certo critério objetivo e estável construído historicamente que é o do dimorfismo sexual. Assim, não deveria haver equívocos nas definições “macho/homem” e “fêmea/mulher” (VERGUEIRO, 2016). As pessoas que seguem essa coerência normativa são chamadas de cisgênero, e aquelas que desviam desse alinhamento são as pessoas trans.

O segundo conceito engloba o anterior e, ainda, necessita do alinhamento entre “desejo” e “prática sexual”, isto é, os corpos, após passarem pelo processo de imputação de um gênero, devem ser conduzidos a realizarem práticas e relacionamentos heterossexuais, a fim de serem considerados naturais (VERGUEIRO, 2016). As pessoas que seguem essa coerência normativa são consideradas heterossexuais, e aquelas que desviam desse alinhamento podem apresentar outras variedades de orientação sexual, como a homossexual ou a bissexual, por exemplo.

¹³ O termo sistema é um neologismo proveniente da palavra “sistema”. Ele costuma ser bastante encontrado dentro do vocabulário de diversas pessoas trans e apresenta a ideia de que os valores e normas gerais de nossa cultura, os quais conduzem nossas vidas sociais e políticas, são organizados e impostos com base em preceitos cisnormativos. Logo, pessoas trans, que são excluídas dessa ordem, tornam-se vulneráveis na sociedade.

desprezo, da submissão, da coisificação e da exploração do trabalho, das riquezas e das terras de pessoas africanas, indígenas e amarelas a partir de aparatos políticos e militares (CÉSAIRE, 1978; RESTREPO; ROJAS, 2010); a Colonialidade, por sua vez, é processo inacabado, permanente e eficaz. Esta se refere à atualização de um poder que naturaliza diferenças e hierarquias sociais, tornando possível, assim, a reprodução de relações de subjugação, o que garante uma contínua organização e exploração de corpos (RESTREPO; ROJAS, 2010).

A profunda imposição colonial sobre povos que aqui estavam — no Brasil — constituiu um sistema de gênero e de raça destrutivo para essa gente. Baseada em verdades e valores europeus provenientes de matrizes cristãs sexistas e racistas, a política implantada aqui foi da reestruturação corporal, vigorando e exigindo-se, por fim, o mandado do dimorfismo biológico (ou binarismo sexual) e da organização heterossexista das relações sociais, submetendo as mulheres racializadas (indígenas e negras) ao poderio dos homens (LUGONES, 2008). A partir disso, pode-se entender a força de uma cisnormatividade na conformação de nossas corporeidades e de nossas inter-relações, pois tal lei legitima um único padrão de vivência no gênero, tornando, muitas vezes, antinatural, pouco desejável e ininteligível criaturas desviantes; limitando, assim, a diversidade corporal e subjetiva (VERGUEIRO, 2015).

Analisar os regimes de gênero no Brasil e a autodeterminação daquelas que escapam ao abrigo da cisnorma requer que entendamos, primeiro, o contexto histórico, geográfico e cultural de desigualdades em que estamos, como foi feito. Agora, é de extrema importância que possamos, então, conceber as falas de pessoas trans, nesta pesquisa, de maneira localizada, relacionando suas narrativas com o território em que vivem. Dessa forma, podemos constatar como o sistema colonizador produzido no Brasil se comunica com tecnologias de construção dos corpos e atravessa vivências trans.

1.4

A história brasileira das categorias trans é também um enredo sobre moda e biotecnologia

Ser corpo na modernidade capitalista é experimentar regulações, disciplinamentos e adestramentos provenientes de relações e criações sociais que perpetuam processos coloniais de construção do gênero. Segundo Foucault (1999), o poder disciplinar ativa tecnologias as quais fazem e manuseiam corpos — mediante regras bem estabelecidas — a

fim de oferecerem-lhes suas devidas posições e atuações em uma sociedade que requer produção e exploração. Esse disciplinamento sobre as pessoas formula, também, as possibilidades e imaginações sobre suas identidades de gênero, já que mergulhada em uma ordem heterossexual (e cisgênera) compulsória, a montagem de si se dá em meio às violências das normas e dos padrões homogeneizantes (BUTLER, 2015).

Assim, pode-se dizer que existem tecnologias diversas as quais foram há muito estabelecidas e capazes de recorrentemente construir, separarem e submeterem corpos gendrificadas; dentre elas há a moda e a biotecnologia, por exemplo. A primeira pode ser pensada a partir dos usos possíveis de indumentárias e acessórios; a segunda se refere ao surgimento de hormônios e de cirurgias plásticas, por exemplo. É a partir dos desvios do fazer-se gênero, em meio às relações com essas tecnologias, que emergem, no Brasil, identidades dissidentes, como “travestis” e “transexuais” (QUEIROZ, 2016).

A categoria “travesti”, inicialmente, foi vista como uma representação de bichas (entendidas como homens gays afeminados) que apareciam “em travesti”: portando indumentárias reconhecidas como femininas (COSTA, 2010). E só na década de 1970 que tal categoria foi separada do conceito de “homossexual” devido às pressuposições misóginas de homens gays do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB)¹⁴ que não queriam ser associados aos corpos que carregavam estigmas de feminilidade exacerbada (CARRARA e CARVALHO, 2013).

Nesse período da história brasileira, após a institucionalização do AI-5¹⁵ e de expressivas desigualdades sociais, vivia-se um momento de ditadura militar com intensa represália social. Somada a essa conjuntura, a existência de corpos abjetos no gênero faz com que um processo de marginalização aconteça, produzindo, assim, uma significativa prostituição travesti nos grandes centros urbanos, uma oferta proveniente da demanda de uma elite emergente consumidora de sexo. E como esse cenário da prostituição acabou se tornando um espaço de sociabilidade entre travestis, estas puderam adquirir conhecimento e manusear outras técnicas de montagem e de engendramento, como o uso de hormônios, anticoncepcionais (QUEIROZ, 2016).

A identidade “transexual”, por sua vez, aparece entre os anos 1990 e 2000. Ela é importada para o Brasil devido aos diálogos do movimento LGBT brasileiro com o

¹⁴ Conhecido, posteriormente, como movimento LGBT (movimento de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans).

¹⁵ AI-5 ou Ato Institucional nº5 foi uma normativa criada, em 1968, afirma um projeto político de intensa repressão e autoritarismo que visa eliminar quaisquer formas de dissenso ou subversão (FICO, 2004).

internacional, e está relacionada com os escritos e diagnósticos patologizadores de mulheres e homens trans pela medicina e pela psicologia e, também, com o surgimento de práticas cirúrgicas (CARRARA e CARVALHO, 2013), como a transgenitalização¹⁶.

O termo “transexual”, diante de sua historicidade, angariou popularmente uma significação menos estigmatizada que “travesti” devido à sua criação e legitimação por discursos acadêmicos e científicos (QUEIROZ, 2016). Porém, não se pode deixar de questionar que as duas identidades se formulam em meio a olhares ciscoloniais de objetificação e exclusão, seja no espaço da rua, seja no espaço das elites intelectuais.

Como foi mostrado, tanto a moda quanto a biotecnologia funcionaram como técnicas de construção e regulação identitária para as pessoas trans. As tecnologias disponíveis que são aplicadas sobre todos os corpos colonizados também são manuseadas por aquelas pessoas que fogem da fúria da disciplinariedade do sistema de gênero para fazerem-se. A história da travesti foi a da indumentária e a história da transexual foi a da cirurgia, mas o que essas criaturas gritam, hoje, sobre suas corporeidades? Como reagem corporalmente frente às propostas violentas da Cisnormatividade? Como vivenciam travestilidades e transexualidades a partir das tecnologias de gênero que são oferecidas? Como experienciam a fronteira da inteligibilidade (entre a passabilidade¹⁷ e a abjeção¹⁸)? Enfim, é possível autodeterminar-se fora das normativas impostas pelo sistema de gênero? Estas dúvidas serão exploradas nas análises seguintes de narrativas de pessoas trans.

1.5

“Gênero, não me deixe cair em abjeção”

¹⁶ Cirurgia de redesignação genital.

¹⁷ Passabilidade: “O nome dado à performatividade de gênero que é entendida e comunicada, de acordo com a intenção do emissor, sem falhas (...) É como uma metáfora ao fato da pessoa “passar” despercebida como transgênero” (QUEIROZ, 2016, p. 67).

¹⁸ Corpo Abjeto: “(...) um corpo que está a margem, monstruoso, que perdeu sua condição de sujeito. Um corpo que perdeu a condição de sujeito? (...)Corpos são corpos. Sujeitos são sujeitos. Não, não é assim. É por meio do corpo que nos inserimos no mundo. E não é qualquer corpo que se insere, é um corpo marcado, lido, entendido, significado e ressignificado pela cultura. Um corpo sexuado e sexualizado. Neste sentido, nossa cultura cria e desenvolve um ideal de corpo (...) Um corpo são, em constante trânsito, mas agarrado a sustentáculos de “ordem”. E de que ordem estamos falando? Da ordem cisgênero e heterossexual, que, desde cedo, cria corpos para cumprir funções produtivas e reprodutivas como se elas fossem inatas e, “naturalmente”, inquestionáveis. Consequentemente, qualquer corpo, qualquer identidade que ultrapasse essas funções tão bem delimitadas das normas de gênero é entendida como abjeto, desviante, inumano” (VIEIRA, 2015a).

Já se sabe que a representação de gênero ciscolonial vigente e imposta não prevê experiências de pessoas trans. Estas possuem uma realidade deslegitimada pelas normatividades que disciplinam os corpos. Tendo isso em mente, é preciso cautela ao observar histórias corporais de pessoas trans, pois nem sempre o chamamento da norma em direção a essas pessoas vai torná-las abjetas. Isto é, nem sempre serão excluídas de uma leitura social binarizada, nem sempre elas fugirão do molde colonial homem/mulher. Portanto, não necessariamente as pessoas trans vão ser interpretadas como algo além dessa dualidade, não necessariamente uma travesti será vista como um “terceiro gênero”, uma sobra da binariedade, uma abjeção. Ela pode ser vista como mulher, ou até mesmo como homem, já que o sistema de gênero ocidental necessita classificar as coisas dentro do binário (QUEIROZ, 2016).

Entretanto, a narrativa seguinte de uma travesti chamada Winnie Minucz (2017) mostra como ela encara o medo da violência mesmo quando é assimilada pela norma, o que demonstra a frágil posição que uma pessoa trans ocupa dentro da representação binária, pois, mesmo dentro de suas regulações (difíceis e dolorosas de alcançar para uma pessoa de classe não abastada), a possibilidade de cair em um espaço de abjeção é sempre constante e fácil.

“Há um “Cistema” que põe minha vida em risco a partir do momento em que sou lida tanto com gênero feminino, quanto com masculino. Estar segura neste “Cistema”, para mim, cuja identidade é FEMININA, implica passar por uma série de alterações corporais (...) Do contrário, como já disse, corro risco de vida, estou com possibilidades profissionais restritas a subempregos, exilada de vida social habitual, e condenada à marginalização social (...) Daí, toda a transição hormonal, cirúrgica, vocal, corporal, etc. Se torna uma demanda urgente e fundamental para minha sobrevivência enquanto ser social que sou (...) A sociedade cisgênera exige de meu corpo, uma leitura binária e cispassável (tbn conhecido como “ela-nem-parece-homi”).”

O relato demonstra como Winnie se apegue e se aproprie de mecanismos/técnicas de alteração corporal para fazer-se uma travesti capaz de “passar”: capaz de permanecer viva frente aos movimentos de sofrimento que a cisnormatividade exerce.

Pode-se concluir dessa pequena história, então, que, quando se é uma criatura dissidente, uma das estratégias de sobrevivência possível dentro dos regimes heterociscentrados está em tomar e usufruir das tecnologias de gênero dispostas para buscar uma passabilidade cisnormativa – uma existência corpórea menos estigmatizada e precarizada.

Mas, mesmo com esses ordenamentos sobre nós, é possível autodeterminar-se para além da passabilidade? É possível autodeterminar-se pela própria abjeção? É pensando nisso que, agora, vamos analisar outra narrativa trans.

1.6

“Gênero, eu me componho em outras texturas”

A moda e a biotecnologia, como tecnologias que criam e comunicam a identidade de gênero, são mediadas por signos e códigos coloniais de normatividade de gênero (QUEIROZ, 2016). Assim, é possível que um corpo se aproprie de tais pressupostos significativos contidos em seus aparatos – indumentárias, hormônios e cirurgias – a fim de deslocar suas significações e produzir outras realidades, mesmo que abjetas. Exemplo de tal situação é a do homem trans Ariel Nobre (2016). Seu relato mostra um corpo masculino estranhado que é fabricado pelas negociações com essas tecnologias. Quando está na praia, o corpo visível de Ariel é de uma pessoa com sunga (vestiário considerado masculino), bigode (característica física considerada masculina) e seios (característica física considerada feminina) à mostra.

“(...) Ano passado tomei uma decisão importante: não uso mais biquíni. A praia é o lugar em que as desigualdades de gênero ficam evidentes, como um Apartheid: pessoas com pênis usam sunga e pessoas com vagina usam biquíni (...) De uns tempos pra cá, adotei a sunga. É muito mais confortável e não fere a minha alma (...) Tem o perigo de agressão constante, tem pessoas que não me convidam mais para suas piscinas, tem expulsão. Quando fico de sunga e meu peito é lido como feminino, sendo proibido e criminalizado, faço um convite. Eu te convido a aceitar o SEU corpo e a me ajudar a aceitar o meu. Te convido a cooperar com a ocupação dos corpos trans nos espaços de convivência (...) Quantos homens trans você já viu na praia? O que parece é que para ocupar esse espaço de mínimo frescor a gente precisa ser obrigado a se vestir e comportar como pessoas CISgêneras, o que não somos”.

Ariel se recusa à passabilidade cisgênera. Vivencia sua transmasculinidade no espectro da abjeção e se autodetermina homem com certos usos e, também, desusos dessas tecnologias de gendrificação.

A partir do que foi levantado por Ariel sobre “autodeterminar-se trans”, avançaremos com uma outra proposta de tecnologia gendrificadora: a autoenunciação. Além de técnicas físicas, protéticas e modeladoras, como foi visto com a moda e a biotecnologia, há a possibilidade de criaturas trans se constituírem pelo texto, pela linguagem, pela constituição de uma gramática-trans?

1.7

Autoenunciação: pela criação de uma gramática-trans

A importância de se considerar como tecnologia de gênero a autoenunciação ou, simplesmente, o processo de narrar a si mesmo/a se deve ao fato de que as histórias que contamos para falar sobre nossa experiência no gênero também estão condicionadas a referenciais discursivos pertencentes a um sistema normativo já existente (BUTLER, 2015). Assim, para que pessoas trans possam compor suas descrições de si e do outro, elas se deparam com uma linguagem já dada e disponível e negociam com seus pressupostos cisnormativos, a fim de conseguirem realizar seus relatos de enfrentamento e autodeterminação.

Conforme explica Butler (2015), os termos comumente usados para que as pessoas possam dar relatos de si mesmas e, assim, se fazerem inteligíveis, não são criados por elas; na verdade, esses termos estabelecem normas sociais, ou seja, configuram um domínio de falta de liberdade em que as histórias individuais são contadas. Entretanto, não há uma única relação possível diante dessas normas; pessoas trans, por exemplo, podem fazer seus relatos dentro de uma dimensão reflexiva: colocando em questão o sistema de gênero pela própria linguagem que estabelece. Dessa forma, pode-se pôr em risco convenções e leis, desafiar conteúdos e argumentos cisnormativos, mas, mesmo assim, sempre se estará agindo dentro de um horizonte histórico-social colonial já organizado e estabelecido. E é nesse contexto que nos encontramos: entre movimentos de embate e negociação com as normativas para conseguir respiro e manejos de escape, a fim de tecermos nossas próprias narrativas.

A partir disso, trazemos aqui o conceito de gramática-trans. Esta será encarada, nesta pesquisa, como um movimento de tentativas e tensionamentos entre o discurso disponível e o que pode ser repensado e poetizado a partir de nossas distintas experiências no gênero. É um campo cuja utilidade em pensá-lo está em considerar que a enunciação das vivências trans não podem ser acometidas por inteiro em um único linguajar; que as pessoas trans, por mais que estejam dependentes dos discursos sistêmicos, elas continuam em busca de semânticas e de vocábulos que consigam as incorporar. Nessa gramática, não há a intenção de se diagnosticar histórias verdadeiras e certas, pelo contrário, pensa a linguagem como ferramenta de libertação e potência.

Em um dos textos do meu livro “Bricolagem Travesti”, eu trago mais pistas sobre o que seria o conceito de gramática-trans:

“(...) A resposta que tanto busquei e, enfim, achei era a de que pessoas como eu existem, elas possuem muitas sensações e lucubrações em comum e muitas diferentes também e que, muitas vezes, elas só precisavam ser o que são mesmo sem explicações e afirmações determinadas sobre si mesmas. E que também é normal não dominar todos os fundamentos e justificativas de uma situação que se vive, pois a nossa linguagem e o nosso imaginário social — amparados pela Transfobia — não permitem que pessoas trans sejam concebíveis. Por isso, colocar-me-ei nesse espaço de dúvidas e conflitos e farei dele um Campo próprio e comum. Não vou me apoiar nas explicações e motivos já estabelecidos cujas narrativas são criadas por uma história cisgênera e binária. A proposta que guiará minha militância, a partir desses momentos de fragilidade que passei, será escutar e adentrar esse Campo em que uma gramática-trans está sendo arquitetada. Uma gramática feita de imprecisão e de interrogação, mas conduzida por nossos relatos-sentimentos e testemunhos de experiências. Quero conhecer, cada vez mais, esse Campo, reconhecer seus sujeitos e suas histórias e encontrar nele o verdadeiro Suporte para a minha existência” (ARARUNA, 2019, p. 38-41).

Quando se caminha pelo fracasso sempre se pode encontrar saídas fora da hegemonia do saber. Se a própria linguagem disponível a nós para acessar o mundo não consegue abarcar as transgeneridades, é possível, então, encontrar nessa lacuna, um poço de dúvidas e questionamentos sendo respondidos em distintas direções (HALBERSTAM, 2020). O que faz com que nossas epistemologias e a produção de conhecimento sobre nós feita por nós seja ampla, estratégica, pluralista e imaginativa.

Dentro desse espaço gramatical, por exemplo, já construímos e ressignificamos termos carregados de sentido histórico e político que são relevantes para explicar nossas rotas de vida, o mundo cisheteronormativo e a autodeterminação de nossos corpos, como por exemplo: cisgênero¹⁹, não-binário²⁰; transmasculinidades²¹, transvestigêneres²², entre outros.

¹⁹ Aquela pessoa que não é trans, ou seja, que foi designado com determinado gênero no nascimento e com este continua se identificando.

²⁰ Pessoas que localizam seu gênero para além do binário masculino e feminino, podendo pertencer a uma terceira categoria ou se sentirem contemplados com uma mistura das duas primeiras, entre outras possibilidades.

²¹ Termo que abrange pessoas que foram designadas ao nascerem como do gênero feminino, mas que, posteriormente, localizaram seu gênero dentro do espectro das masculinidades, podendo ser: homens trans, não-binários masculinos, entre outros.

²² Termo que se tornou popular dentro da comunidade trans após a militante Indiana Siqueira utilizá-lo com bastante frequência. O termo funciona não só como uma junção de todos os outros três (transexual, travesti e transgênero) que foram criados para nos catalogar, mas, também, como uma aposta pela construção linguística de nossas próprias identidades.

Na minha vida pessoal, o ato de escrever, seja contos, poemas e ensaios, sempre teve uma ligação íntima com meu corpo. Começo a ter interesse em escrever sobre gênero, sexualidade, política e mundo, durante o começo da minha transição; enquanto costurava meu corpo, precisava costurar palavras que poderiam me traduzir, me encobrir, falar sobre mim, sobre minhas experiências e também extrapolá-las.

Eu gosto de escrever com sonoridade e estética poética, algo que perambula o obscuro metafórico e que consegue ir muito além da racionalidade branca academicista. Eu preciso escrever, porque é como se eu libertasse minhas vísceras em uma dança que alcança o outro sem eu estar ali presente. Eu queria me ampliar e me escorrer, então busquei na linguagem, em suas múltiplas dimensões, uma sensação próstética (PRECIADO, 2014): um membro deslocante de mim mesma. Quero que minhas palavras, minhas histórias, os caminhos de mundo que trilho, funcionem como pólen, como pegadas travestis que possam bagunçar outras realidades, criar aproximações e distanciamentos.

Eu escrevo para autodeterminar-me, mas escolho a contradição, a tentativa, o espaço em aberto, não quero que minha identidade se torne estável. A escrita situada, arraigada, contribui para a gramática-trans. Escrevo para me tornar e me ampliar em ficções, porque o que eu sou ainda está inacabado. Nunca é tarde para lembrar que as narrativas que fundamos sobre nós possuem uma contradição e uma heterogeneidade nocivas à cisnormatividade, a qual luta pela naturalização e essencialização das identidades desde o ultrassom uterino (BENTO, 2008).

Diante disso tudo, vê-se que junto da biotecnologia e da moda, a autoenunciação pode ser encarada como uma tecnologia de gênero importante e necessária para pessoas trans, pois os relatos que oferecemos sobre nós e os aportes discursivos que criamos ou ressignificamos também constituem as nossas relações interpessoais e nossa identidade.

A próxima narrativa trans a ser analisada nos apresenta esse processo ambíguo de composição de si pela autoenunciação, isto é, entre tudo aquilo que nos foi entregue e tudo aquilo que reformulamos e construímos.

1.8

“Gênero, eu exijo novos dialetos”

O texto seguinte da travesti Alessandra Ramos Makkeda (2017) mostra que possibilidades discursivas de autoidentificação e de compreensão de si podem surgir como efeitos da conturbada experiência de se vivenciar as normas de gênero no cotidiano.

“Nenhuma teoria da(rá) conta inteiramente das microvisões políticas das pessoas trans e das travestis, e de como elas e eles se colocam no mundo (...) Daí, cabe lembrar da história. Nós, as pessoas, criamos dentro de nós convicções, atitudes, defesas e discursos diários relacionados àquilo que recebemos, mas também daquilo que decidimos para nós (...) Nossos corpos dizem mais do que qualquer construto teórico poderá jamais exprimir por completo (...) As travestis sofrem por serem acusadas de não respeitarem os estudos internacionais de gênero, uma nova didática que tem sido introduzida em nosso sul global, que em muitas vezes, é tão colonizadora quanto o pensamento, a forma de organizar as identidades trans (dentro da lógica patologizante). Deveriam ser todas Travestis? Deveriam ser todas Trans? Pelo amor da Santa! Nunca vi um discurso mais revolucionário do que quando uma travesti diz que Ela pode ser o que quiser, que ela tem prazer de ser quem é, e principalmente, quando ela diz que não é Homem, Nem Mulher, que é TRAVESTI (...) Sempre existirá dentro da comunidade trans visões distintas de como apresentar a sua identidade política (...) Ela se divide basicamente na maneira como as pessoas trans se compreendem, e tem desdobramento prático a partir daquilo que demandam (...) Somos aquilo que pudermos fazer do que somos. Aquilo que nossa imaginação permitir”

Dentre as passagens do texto selecionadas, podemos verificar como que pessoas trans, especificamente no Brasil, são submetidas a escritas e linguajares cisnormativos coloniais que interceptam e restringem nossas capacidades imaginativas para nos autodeclararmos. A necessidade de disciplinar nossos conteúdos corporais, psicológicos e narrativos se perpetuam, seja pela lógica cisgênera que nos estigmatiza ou pela própria teorização acadêmica anti-hegemônica que nos toma como objetos de interesse. Entretanto, as experiências trans sempre vão escapar da ordem lógica que esses argumentos afirmam, e é necessário que isso se torne uma questão importante para se pensar essas vidas.

A partir do que foi levantado até aqui, com base nos três relatos apresentados, sobre “autodeterminar-se trans”, adentraremos, enfim, nos ideais que o Transfeminismo possui sobre essa temática para se pensar as corporeidades e as subjetividades de sujeitos desviantes na sociedade.

1.9

Auto(in)determinação ou (des)Montação de si²³

Foi visto, durante todo o artigo, como que tecnologias de gênero conformam nossas identidades, e, também, como que algumas pessoas trans traçam suas estratégias para autodeterminar-se diante dessas técnicas. Pode-se compreender, por meio de fragmentos de três testemunhos, uma pluralidade trans nas trajetórias de composição corporal e subjetiva. Primeiro, viu-se a necessidade da passabilidade como sobrevivência. Segundo, como o corpo ambíguo e abjeto pode ser uma resistência à ciscolonialidade. Terceiro, tem-se a ideia de que os relatos feitos por pessoas trans sobre si mesmas não cabem nas determinações e referências linguísticas estipuladas pelo sistema.

Como a autodeterminação é o ponto focal deste artigo, verificaremos, agora, o que produções teóricas e militantes trans propõem sobre essa temática.

Segundo Emi Koyama (2001), o transfeminismo é “(...) primariamente, um movimento de e para mulheres trans que veem a sua libertação como intrinsecamente ligada à libertação de todas as mulheres (e além)”. Dentre os princípios do transfeminismo, Koyama (2001) traz o direito de qualquer pessoa trans definir sua própria identidade e de transformar seu próprio corpo sem ter a obrigatoriedade de passar pelo crivo de autoridades e instituições disciplinares, sejam elas políticas, médicas ou religiosas.

Aline de Freitas (2005), precursora na filosofia transfeminista no Brasil, argumenta que a capacidade de decisão sobre nossos corpos, nossas identidades e nossas vidas nos é constantemente negada pelo sistema binarista rígido que nos controla. Para a pensadora, esse movimento possui a potência crítica de construir uma narrativa própria e nossa que seja capaz de abafar a força sistêmica que nos envolve. O transfeminismo, segundo a pensadora, impulsiona a autodeterminação.

Levando em consideração os pensamentos das duas autoras acima, voltamos às questões desenvolvidas por Koyama, em um contraponto importante que ela nos apresenta. Se estamos diante de um mundo colonial baseado em normativas que nos assujeita e que também nos produz, qual é, enfim, nossa capacidade de autonomia? Koyama (2001, p. 2), então, nos afirma que

²³ Montação é uma palavra que “(...) foi emprestada do vocabulário apreendido na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais (...) Nomeia a comunicação da identidade de gênero que seria efetuada visualmente pela estética do corpo (...)” (QUEIROZ, 2016, p. 86).

(...) ninguém é totalmente livre das dinâmicas sociais e culturais existentes no sistema de gênero institucionalizado. Ao tomarmos qualquer decisão relativamente à nossa identidade ou expressão de gênero, não podemos escapar ao fato de que o fazemos no contexto do sistema dual de gênero patriarcal”.

Essa construção feita por Koyama vai ao encontro do que estamos trabalhando neste artigo, pois demonstra que aquilo que somos é efeito de tecnologias colonizadoras que nos criam, que nos materializam e que podem nos tornar seres possíveis ou abjetos. Autodeterminar-se trans, segundo o que foi vivenciado nesta pesquisa, é fazer-se/montar-se em meio a embates e negociações com diversas tecnologias de gênero que nos impõem dores, entraves e, também, libertações. Entendemos que é com o jogo cultural disponibilizado pelos sistemas de gênero, raça, território, entre outros, que devemos tecer nossas pluralidades corporais e subjetivas. É possível tornar-se homem, mulher ou uma pessoa não-binária, por exemplo, mediante desvios e assimilações produzidos por símbolos, códigos, imposições e interpelações que a colonialidade disciplinadora nos imputa.

Pode-se perceber que o uso ou desuso dessas técnicas estão atrelados à necessidade que pessoas trans possuem de se autodeterminarem e de se tornarem criaturas possíveis e existentes frente a um sistema colonial de gênero que impõe restritas condutas e normas. Acredita ser importante todo esse trabalho realizado, pois, ao se deparar com alguns dos processos de embates e negociações os quais nos submetem, é possível entender como estratégias de sobrevivência no gênero são criadas e como a transgeneridade possui caminhos múltiplos e plurais de constituição para as próprias pessoas trans.

E é exatamente em relação a esses novos caminhos de ser corpo, de ser mulher e de ser criatura trans que posso alinhar a ideia de autodeterminação trans ao trabalho ficcional que desenvolvi no livro “Bricolagem Travesti”, mais especificamente no conto de nome homônimo que compõe essa obra literária. Nessa pequena história, eu retrato uma comunidade mulheril composta de travestilidades múltiplas cujos corpos são feitos pela técnica da bricolagem, ou seja, um “faça você mesma, sem precisar ter qualquer especialidade”. As personagens da narrativa são formadas por meio de um acoplamento ocasional — uma gambiarra — de diversos materiais fortuitos, mas capazes de trazer individualidade e potência imaginativa a cada uma delas. O que é mais especial, para mim, nesse conto, é a noção coletiva dessa bricolagem, pois por mais que cada moça

construa sua corpa a seu gosto, sempre há uma troca de materiais entre elas; sempre há uma interferência de uma na possibilidade corporal de outra. O trecho a seguir do conto “bricolagem travesti”, homônimo ao título do livro, demonstra bem o que estou dizendo:

“Com pedaços de madeirite para fazer os olhos; duros cristais de vidro para o que se convém chamar de pés; pastilhas de madrepérola para retocar os relevos de celulites; e argamassa para fixar o intestino de encanamento, as meninas da Vila Jaqueline eram todas formidáveis mosaicos. Seus corpíchos apresentavam encaixes e tentativas de organização. Elas eram feitas de ladrilhos. Pregavam azulejos ancestrais nas costas e brita suja nos dedos para fingir de anel. A cultura do “monte a si mesma sem especialização” era firme nessas vilas mulheres que rodeavam a Cidade Grande. As meninas faziam de suas corpos resultados de marcenaria e alvenaria. Era bonito de ver suas construções; qualquer caco ou retalho fazia-se suficiente para ser um mero enfeite ou um importante órgão vital. A bricolagem era técnica capaz de apresentar uma infinidade a suas existências, pois não havia limites para suas matérias, já que sempre teria o pedacinho de alguém solto por aí pronto para ser reciclado e reutilizado em outro corpo. Portanto, as sobras, poeiras e resíduos de certas garotas não viravam lixo, mas substâncias a serem digeridas e retocadas, a fim de constituírem novas possibilidades de feminilidade”

Pegando esse gancho da força coletiva na arquitetura de nossas identidades, volto a me lembrar do começo do meu processo de transição. Ao mesmo tempo em que me formulava sob as aglomerações criativas de pessoas trans, não deixava de perceber e sentir como a interpelação cisgênera também carregava meu corpo de significados.

A pergunta que me faziam sem parar: “Você é o quê?”. Morria nela mesma. E, dali em diante, esse fantasma me seguia. Eu não respondia a essa pergunta de forma proposital: buscava deixar as pessoas me nomearem. Elas que vão dizer quem eu sou de qualquer jeito, então, qualquer coisa, eu só me adapto aos apelidos. Me viam como “bicha”, “não-binária”, “gay”, “LGBT”, “Que porra é essa?”. E eu decidi que seria tudo isso. Principalmente o último.

E foi por meio desse processo de deixar o Outro me nomear que eu me encontrei “travesti”. Chamaram-me por esse nome e começaram a me entender dessa forma pelo que eu expressava com meu corpo. E reconhecer em mim a travestilidade foi uma descoberta muito incrível, porque é uma identidade que me fornecia um campo de significados concernentes às minhas imaginações de infância e à forma como eu me entendia naquele momento. Eu não me via como mulher, não queria ser uma, para mim, estava bom ser essa criatura expulsa, ao mesmo tempo, da mulheridade e da

masculinidade. Ser travesti me possibilitou abraçar uma feminilidade que encontrei em mim e, junto a isso, uma revolta com o macho que sempre esperaram de mim.

No meu conto “Roxo: a história da minha travestilidade”, que também se encontra no meu livro “Bricolagem Travesti”, eu desenvolvo um pouco mais dessa descoberta, como no seguinte trecho:

Um corpo-mutante se faz em mim. Um corpo moldado por um laço entre minha vontade e expectativas externas. Um corpo caracterizado por tecidos impróprios de vestimenta; por pinturas erradas; por novas biológicas farmacêuticas e por sociabilidades de enfrentamento. Esse corpo adquire sinceridade, pois eu o permito e me faço teu primeiro habitante. Olho-me no pedaço de espelho que encontro, depois que os plantonistas sobre a verdade do gênero dormem, e vejo um bicho genial criado por mim. Meu corpo é minha maior obra. Sou fruto de minha possibilidade de fundir códigos, sinais, experiências, espiritualidades e vivências. Colo a fêmea no macho frouxo. Faço de mim o que sempre fui (...) Um masculino abusado e inconveniente que fora apresentado à minha criatura foi raspado, deixando traços de vermelho, enquanto o feminino-me de pontilhados azuis se monta em potência, aos poucos, na tez, no coro. Há encontros singelos entre essas cores, pois há diálogos entre passados, lembranças, e futuros; contingências. Tudo se faz nesse presente de criação; o éden em corpo-trans. Enceno um tesão a partir de um sexo que faço comigo mesma, ao compreender as misturas das duas cores. Quando se tinge uma tonalidade em outra, quando reformulo minha história, passo a adquirir uma tela surrealista de única cor: o roxo.

Essa travesti, Maria Léo, surge em meio a uma negociação entre meus desejos e a observância externa sobre mim. Ela surge em uma confluência libidinal, em um circuito afetivo entre as minhas necessidades e as ignorâncias cisnormativas do mundo (BUTLER, 2015; ROLNIK, 2019). E é exatamente sobre esse olhar do Outro cisgênero na construção da minha identidade que irei analisar agora. Como as violências rotineiras perpetradas sobre mim e sobre outras pessoas trans pelos sujeitos/sujeitas pertencentes à cisgeneridade constituem camadas de nossa sociabilidade trans.

2.

A Cidade como Tecnologia de gênero: narrativas sobre como a negação ao direito à cidade constitui a identidade travesti

2.1

O direito à cidade como denúncia ao mundo jurídico

Neste capítulo, eu continuo explorando a construção da identidade travesti, mas, agora, dentro de uma perspectiva mais dinâmica e transversal. Sabe-se que para constituir nossa corporeidade, enquanto pessoas trans, estamos em constante negociação com as discursividades coloniais do “tornar-se humano” (BUTLER, 2019). Em outras palavras: “Eu sou fruto de tudo que me antecede, mas também sou novidade em meio a tudo que me recai” (ARARUNA, 2019). Sendo assim, pretendo traçar agora um debate simples e direto com o Direito, enquanto sistema de poder (WARAT, 2004), em busca de demonstrar como que as falhas e inseguranças na proteção aos meus direitos fundamentais espelham contextos de violência os quais indicam os lugares e posições sociais das travestis na sociedade.

Utilizo, portanto, de modo estratégico, o Direito à Cidade, como horizonte de crítica ao Direito, a fim de dar início a uma denúncia contra o mundo jurídico, o qual permanece incapaz de trazer libertação e benefício democrático a certos grupos sociais vulneráveis, como a população trans e travesti. Utilizar a cidade como campo de possibilidades para iniciar essa crítica é um caminho para revelar uma contradição entre o “dever ser” das formalidades jurídicas e o “ser”: a realidade de violência vivenciada por mim devido a interpelações²⁴ que recebo ao transitar pelos espaços urbanos. (LIMA DA SILVA; MORAIS DOS SANTOS, 2015). E, assim, perceber que ser travesti é um acontecimento que se dá, também, pelas falhas do domínio normativo jurídico; nas experiências de vida que as promessas protetivas do Direito não alcançam.

A cidade — por ser um espaço cheio de antagonismos e conflitos, onde as pessoas se deslocam entre suas superfícies lotadas de conteúdos culturais — também pode ser entendida como uma tecnologia de gênero, já que funciona como um vetor discursivo e simbólico que compõe socializações galgadas em constrangimentos e desigualdades,

²⁴ A filósofa Judith Butler (1997, p.2-5) nos traz algumas reflexões sobre o conceito de interpelação desenvolvido por Louis Althusser. Para ela, a linguagem é fundamental para a construção social do corpo subjetivado. Assim, alguém só viria a existir a partir da dependência fundamental do endereçamento do Outro. Esse alguém existe não só devido ao fato de ser reconhecido, mas, antes disso, em poder ser reconhecível. E os termos que proporcionam esse reconhecimento são convencionais; são instrumentos de um ritual social que indica, por meio da exclusão e da violência, as condições linguísticas que possibilitam a sobrevivência dos sujeitos.

Portanto, a interpelação não é um processo de simplesmente chamar alguém por um nome, é um processo de constituição e modelagem dos sujeitos. Exige-se das pessoas que elas ajam de forma a corresponder aos termos os quais são direcionados a elas. E é possível perceber esse processo de construção dentro das normas da estrutura do gênero; interpelar alguém como homem, mulher ou, até mesmo travesti, exige práticas e comportamentos ritualizados dentro dos códigos de masculinidade e feminilidade (ZIVI, 2008, p.162).

conduz subjetividades e forja, por conseguinte, identidades político-sociais de gênero (LAURETIS, 1994). Portanto, ser travesti não é só comandar e transformar meu território corporal, mas, além disso, é sofrer as interferências e agonias de vivenciar o território urbano.

Sendo assim, para trabalhar a relação direta entre a não-normatividade do meu corpo e os limites de minha mobilidade nos espaços urbanos, apoiar-me-ei em duas características específicas da concepção de direito à cidade: o respeito à diversidade corporal e a mobilidade urbana²⁵. Estas se encontram dentro de um amplo rol de elementos interpretativos desse direito na “Carta Mundial do Direito à Cidade”, documento normativo elaborado em 2004 e 2005. Pode-se captar um pouco mais sobre o conteúdo dessas duas características a seguir:

Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade **sem discriminação de gênero**, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual (...) O Direito a Cidade é definido como o **usufruto eqüitativo das cidades** dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um **direito coletivo** dos habitantes das cidades, em especial dos **grupos vulneráveis e desfavorecidos**, que lhes confere **legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado** (...) Inclui também o **respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural**, e o respeito aos migrantes (Artigo I.1, CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE).

Acredito ser necessário apontar que as três histórias escolhidas, a fim de denunciar a violação do meu direito à cidade, são somente um pequeno trecho de uma análise muito maior apta de ser oferecida por cada mana trans que habita distintas quinas de cidade. Minhas histórias não são suficientes para dar conta da totalidade de uma sociabilidade que acontece devido às violações oferecidas pelos espaços urbanos. Portanto a vontade posta, neste capítulo, não é fazer de minha subjetividade e de minhas vivências algo comum e geral para todas as travestis do Brasil, pelo contrário, a intenção é realizar uma denúncia a certas particularidades da cisnormatividade e da transfobia²⁶ por meio de fragmentos de minha trajetória de dissidência no gênero.

²⁵ A ideia de mobilidade urbana vai além da locomoção com o uso de automóveis, refere-se, em geral, à capacidade de deslocamento e trânsito dos indivíduos por entre os espaços da cidade (CARVALHO, 2008, p.5).

²⁶ A transfobia, neste trabalho, pode ser encarada como um conjunto de opiniões e atitudes culturais e pessoais (...) que são dirigidos, de maneira agressiva, contra indivíduos ou grupos que não se encaixam nos pressupostos das expectativas e das normas sociais de gênero (TVT, 2010).

Quero mostrar minhas vulnerabilidades, privilégios e constrangimentos; estar frágil à interpretação alheia. Acredito que é dessa forma que consigo, com maior sensibilidade, demonstrar um pouco do meu mundo a partir de uma micropolítica dos afetos (ROLNIK, 2019). É ao narrar os pequenos e rotineiros olhares, chamados, assédios e medos que chegam até mim que permitirei a você, pessoa que me lê, acessar alguns de meus processos subjetivos e encontrar verossimilhança e possibilidade nas três histórias que escolhi contar (ELLIS et al., 2011, p. 10). Assim, seja para pessoas trans ou para pessoas cis que me leem, imagino ser possível existir tanto aproximações (reconhecimentos) e distanciamentos, sendo estes em razão das interseccionalidades²⁷ e das realidades que não me pertencem.

Por fim, quero fazer deste capítulo uma espécie de diário aberto, um reviver de momentos angustiantes e importantes que vivi e que teceram minha travestilidade. Com os escritos que irei trazer, aprendi a importância política das minhas emoções e da presença do meu corpo nos espaços.

2.2

O extermínio dos monstros urbanos

15 de fevereiro de 2017. Em plena luz do dia, no Ceará, uma tentativa de descarte acontece. Um vídeo mostra uma alcateia de oito homens, rodeados de curiosos em silêncio, praticando uma conduta higienista. Atacam uma travesti, Dandara dos Santos²⁸, praticamente inconsciente. Utilizam para isso instrumentos de dor — pedaços de pau, pedras, tiros — e a própria força física da masculinidade cisgênera.

21 de janeiro de 2019. Um bar, em Campinas, amanhece com o corpo de Quelly da Silva aberto²⁹. No peito, não mais um coração, mas a imagem de uma santa. Para o assassino: “Era um demônio”. Na época, minha dor em relação a esse caso me fez escrever um poema cheio de ironia: “Sagrado Coração de Mulherzinha”. Eu tive que apelar a uma figura de linguagem para dar conta das metáforas explícitas do caso:

²⁷ Interseccionalidade foi um termo cunhado e refletido dentro dos aportes teóricos de feministas negras. A categoria se refere às “dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p.177).

²⁸ Sobre o caso, pode-se ver em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>.

²⁹ Sobre o caso, pode-se ver em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/01/21/homem-em-presenca-em-campinas-apos-matar-e-guardar-coracao-da-vitima-em-casa.ghtml>.

É tão artificial a bichinha
Toda carregada nas gambiarras
Pra chegar a ser a mulherzinha que os senhores
Gostam de ver

É tão indigna da própria organização orgânica
Que o natural coração que pulsa
Não combina
Não condiz
Não cabe
Em sua hormonizada carcaça de carne

A última cirurgia do processo transexualizador foi
Feita: nada de batimentos ou ritmia para essas
Bixas barulhentas!
Muita atenção,
Coito e
Objetos cortantes
São necessários
Para “arrumar” esse maquinário travesti que
Serve ao expurgo dos senhores
Pronto. Para a tranquilidade de todos, anuncio
Que, finalmente, a travesti chegou ao limite da
Passabilidade. Tal estética é bem simples e
Clichê, ó: passou dessa para melhor!
Por hora, os senhores podem descansar
Em paz: tudo foi consertado.
O corpo que desafiava valores, ao carregar
O símbolo de seus romantismos, foi esvaziado;
Seu conteúdo, agora, recebe doses de suas
Rezas cristãs — uma santa dorme na gruta vermelha rasgada
No peito transsex

A bichinha cansou
Ficou aberta, exposta à companhia dessa santa
Qualquer, ordinária em mil nomes e mil faces,
Tão monstruosa
Em suas variedades, formas e possibilidades
Quanto as de sua nova morada (VENCEREMOS et al, 2019, p. 38-39).

24 de junho de 2021. Pernambuco. Em um terminal de ônibus, uma travesti, Roberta Silva³⁰, é queimada viva por um adolescente de 17 anos. A necessidade do garoto em destruir a moça foi uma confirmação da pouca vida que valia aquela corpa: trans, preta e moradora de rua. Até o momento da escrita de toda essa pesquisa, ela ainda se

³⁰ Sobre o caso, pode-se ver em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/06/28/manifestantes-pedem-fim-da-violencia-contra-mulheres-trans-e-lembram-caso-roberta-que-teve-40percent-do-corpo-queimado-no-recife.ghml>.

encontrava em estado grave, internada, prestes a amputar o segundo braço. A dor e o horror também são infinitos, do lado de cá, das que sobreviveram.

Por que esses homens fazem isso com a gente? Eu posso me banhar em um monte de teoria sócio e psicológica, mas, no fundo, no fundo, eu ainda não vou conseguir entender; nada vai sanar esse “Por que?”. O mais nojento é que perguntam sem parar para nós o porquê de sermos trans, mas esse povo cisgênero não se pergunta o porquê de tanta vontade que têm de nos matar.

A escritora e poeta travesti chilena, Claudia Rodríguez (sem data), em seu fanzine “Dramas Pobres” usa da figura da vilania, do monstro, mais especificamente, para moldar o lugar/espço social travesti circunscrito pelos códigos coloniais:

Sei que quando eu vir um filme vou chorar. Hollywood destruiu a ilusão da minha infância. Sempre os malvados dos filmes morriam ou ficavam aleijados, nenhum se salvava de seu cruel destino. Quando eu vi o King Kong morrer sabia que era eu quem a indústria estava matando. Não se pode ser tão grande, tão feia e viver no centro da cidade (RODRÍGUEZ, sem data).

Ao somar os cenários de destruição corporal acima, com a reflexão de Rodríguez mais as minhas próprias experiências de violência, entendo, de vez, que há dois territórios que não podem se encontrar: o território corporal de criaturas feias, perversas, monstruosas e promíscuas que são as travestis, e o território urbano, o espaço público digno somente àqueles que aparentam cidadania e humanidade. Como eu mesma já dizia em um de meus textos de “Bricolagem Travesti”:

Não é permitido à travesti mostrar-se, transitar livremente pela cidade. Para ocupá-la, existe uma regra bem explícita: de noite, nas esquinas (...) Então, ao realizarmos nosso mero cotidiano, vivenciarmos nosso itinerário, somos interpeladas constantemente pelo Regime Cisgênero. E um de seus mais dolorosos chamados é a política do transfeminicídio. Esta violência não é só uma agressão a um ser específico, mas também uma necessidade de manter uma ordem social que afirma o que é um corpo verdadeiro: homens com pênis e mulheres com vagina. O ódio às travestis — esses bichos pouco compreendidos que deturpam a visão cisnormativa de um povo — pede um rito de destruição. O que sobra dessa violência de gênero são fragmentos de gente que servem como exemplo do que não se pode ser (ARARUNA, 2019).

Um monstro, a abominação, não pode ser parte da paisagem urbana; por se encontrar do “outro lado”, em desacordo com um repertório corporal normativo preestabelecido (BAGAGLI, 2016), precisa ser capturado, restrito e, muitas vezes, aniquilado. E cada cultura, a partir do interior do seu emaranhado de relações sociais,

históricas e científicas, produz seus próprios monstros. E estes seriam representações ameaçadoras ao sistema racial, sexual e de gênero no qual nos inserimos e temos de negociar (COHEN *et al*, 2000).

Ainda bem que nós, travestis, somos criativas o suficiente para fazer dessas posições sociais ultrajantes a nossa morada e a nossa estratégia de fuga contra esse mundo escuro, limpo, higienizado e íntegro. A monstrosidade pode ser vista não como uma identidade a ser cultivada e afirmada, mas, sim, como um espaço simbólico de trânsito, em que muitas de nós se orgulham de ocupar seus atravessamentos, já que nos oferece uma visão-outra sobre o mundo e novas vontades, desejos e ideias de ser corpo e de viver a vida (ARRUDA, 2020).

A artista trans argentina, Susy Shock (2011), tem no seu poema “Reivindico o meu Direito de Ser um Monstro” caminhos poéticos de autoindeterminação no gênero a partir da monstrosidade. Esta, ao expulsá-la do mundo real, oferece-lhe a abertura a novos canais afetivos e desejosos com seu próprio corpo e com a própria pulsão de vida:

Eu reivindico o meu direito de ser monstro, nem homem, nem mulher, nem XXY, nem H₂O. Eu, monstro do meu desejo, carne de cada uma de minhas pinceladas, lenço azul do meu corpo, pintora do meu andar, não quero mais títulos para encaixar, não quero mais cargos, nem armários, nem o nome exato que me reserve nenhuma ciência (...) só o meu direito vital de ser um monstro, ou como me chame, ou como me saia, como me possa o desejo e a *fucking* vontade do meu direito de explorar-me, de reinventar-me, fazer de minha mutação o meu nobre exercício, veraneiar-me, outonar-me, invernizar-me, os homônios, as ideias, os punhos e toda a alma! Amém! (SHOCK, 2011, p. 10-12).

A ativista trans brasileira Indianare Siqueira, fundadora e coordenadora da CasaNem — casa de acolhimento para pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade social, pega carona na proposta de Susy e amplifica a acusação das armadilhas que guardam e estabelecem a humanidade:

Eu só queria viver, e, por causa disso, fui destituída de tudo. Meus direitos, amores, famílias, amigos. Vocês me destituíram da minha humanidade. Vocês me definiram como monstro. Depois, tentaram me trazer de volta e me reinserir na prisão que vocês arquitetaram ao redor de vocês. Obrigada, mas não quero voltar (...) Quando eu vejo a miséria que vocês provocam e, ao mesmo tempo, quão miseráveis, egoístas e odioso é o ser humano, agradeço a vocês por terem me destituído de minha humanidade (VIEIRA, 2015b).

Escrever sobre essas mortes e sobre as monstruosidades a que muitas travestis são submetidas, consigo, ao mesmo tempo, perceber alguns de meus enfrentamentos e privilégios ao “transitar” e “passar”³¹ pela cidade. Enquanto travesti branca, que mora em um espaço de elite e que possui um automóvel, as possibilidades de interferência da transfobia e do machismo na minha pele são, com certeza, muito menores que para aquelas mulheres trans e travestis que são negras, residem em cidades periféricas e dependem do transporte público, por exemplo. Além de que já percebi muitas vezes que, mesmo sendo travesti, existe um maior acolhimento e reconhecimento a minha feminilidade por parte de mulheres cisgêneras brancas. É o que podemos chamar de pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2002) em uma perspectiva transgênera.

Esse pacto diz respeito a um apoio e fortalecimento entre as pessoas brancas, a fim de preservar e conservar, de modo silencioso, o poderio do “branco” e de seus valores associados, enquanto a negritude se mantém carregada de projeções sociais negativas. Essa aliança acontece pela negação de um problema racial, em que a branquitude não se percebe como raça privilegiada, e, então, pela ratificação de um montante de experiências e identificações afetivas em comum qualificados, no universo social, como positivos (BENTO, 2002). Tantas vezes recebi elogios, fui digna de respeito e pude ser assimilada pela cisgeneridade devido às minhas características físicas brancas (nariz fino, cabelos longos e lisos, fora o próprio tom de pele claro) que reforçavam um imaginário colonial sobre o que é ser uma bela mulher. A cisgeneridade é tão cínica em seu acolhimento que não pensa duas vezes em utilizar de seus aparatos racistas para avaliar quais mulheres trans e travestis são dignas de humanidade.

A atriz trans norte-americana Lavern Cox (2011), conhecida por estrelar a série “Orange is the New Black” fala a seguir exatamente sobre como a percepção racista sobre o seu corpo negro teima em expulsá-la de sua mulheridade:

Eu recorro de estar numa festa voltada a mulheres trans e os homens que nos desejam. Tinha um cara considerado atraente por mim a quem vi conversando

³¹ Trouxe os verbos “transitar” e “passar”, de forma proposital, pois fazem referência, respectivamente, a estas duas terminologias nativas da comunidade trans: “transição de gênero” e “passabilidade”. O primeiro termo se refere ao processo de modificações corporais para que a identidade de gênero das pessoas trans se torne inteligível (QUEIROZ, 2016, p.9); o segundo termo se refere à comunicação da performatividade de gênero sem falhas, é uma metáfora ao fato do sujeito “passar” sem ser percebido enquanto pessoa trans (QUEIROZ, 2016, p.67). Dentro do texto, essas mesmas palavras ganham significado ambíguo ao registrá-las como sinônimos de deslocamento pela cidade. Realizei esse jogo semântico, pois acredito que os caminhos de constituição e de materialização dos corpos trans se articulam e se moldam a partir dos processos de interpelação advindos da locomoção no espaço urbano.

com um monte de garotas asiáticas a noite toda. Eu sorri pra ele algumas vezes e nada. Mais tarde da noite uma daquelas garotas que eu conhecia nos apresentou. Eu brincando disse "Oi, você é uma graça mas você obviamente⁵ não me acha atraente." Ele disse "Não, eu acho você muito atraente mas você é intimidante." Eu fiquei fascinada. Ninguém tinha me dito que eu era intimidadora antes. Então eu quis saber o que em mim ele achava intimidante. Ele disse "Bem, você tem um corpo perfeito, é estonteante e provavelmente é maior que eu". Eu fiquei chocada e Rupauleada⁶ (como as garotas⁷ diriam) por ele ter ousado ir aí, por ele fazer essas assunções sobre meu corpo. Ele era branco. Eu ainda acho isso impressionante. Eu menciono essa história para explicitar as realidades complexas do corpo negro transexual e sua identidade historicamente e como essa história informa como somos vixxs e experienciadxs hoje (...) Me achar bonita numa cultura em que padrões de beleza feminina brancos ainda são a norma, eu continuo achando desafiador. Me dizem que sou bonita há anos e eu ainda não acreditei realmente em meu coração que eu sou. Eu tenho questões de meus traços serem "femininos o bastante" para alcançar os padrões do meu próprio olhar crítico duro bem como das percepções de outrxs. Pelos anos andando pelas ruas e não passando significarem não ser percebida como uma mulher não-trans, por exemplo, significaram para mim em minha mente que eu não sou "bonita o bastante." Conforme eu fui evoluindo e crescendo eu percebi que passar e beleza não têm nada a ver uma com o outro. Mas nas muitas vezes que tenho contemplado a cirurgia de feminização facial (CFF) [FFS, facial feminization surgery], eu estou entristecida em confessar mas parte de meus desejos de parecer mais "bonita", mais feminina eram para parecer mais branca. Eu estou começando a chorar enquanto escrevo isso. É duro admitir mesmo para mim mesma esse grau intenso de auto-ódio centrado em minha raça. E eu felizmente não tenho como pagar uma CFF. Tô num lugar agora onde me sinto bonita enquanto mulher negra. É algo com quem continuo lutando (COX, 2011).

Diante disso, não busco reivindicar meu direito a ser um monstro, pois acredito que meu corpo e as interseccionalidades que ele carrega (brancura, magreza, não-deficiência, classe abastada) não traduz uma experiência de imenso escape à humanidade. Por mais que eu já tenha sido, muitas vezes, reduzida a nada, em muitos outros contextos, minha passabilidade feminina branca me abonou de muita dor. Enxergo ser possuidora de uma humanidade caduca, truncada, cheia de ruídos e instável devido ao combo (trans + mulher), porém ainda consigo certo acesso e respeito em situações que irmãs diferentes de mim nunca conseguiriam. E mesmo habitando essa humanidade, ainda que frágil e bamba, consigo discorrer um ataque à incompetência jurídica na proteção aos meus direitos fundamentais.

Sendo assim, vejo ser mais que necessário trazer a cidade, e seus espaços públicos, principalmente, como campo na percepção de algumas tonalidades desse processo de violação de meus direitos a um corpo saudável e autônomo e digno de liberdade. Acredito ser na urbe, entre encontros e esbarradas, que eu me realizo, me materializo e me percebo

enquanto travesti — não porque eu simplesmente diga que sou, mas também porque o Outro se mostra forte o suficiente para me fazer assim, para me colocar nesse lugar identitário restrito com suas próprias dinâmicas de sociabilidade.

2.3

O corpo da cidade ou Como as bixas são fabricadas?

Utilizar um campo híbrido como a cidade, visando a dinamicidade de suas práticas humanas, é um caminho estratégico para pensar sobre: Como o cotidiano e a banalidade do dia-a-dia tornam-nas possíveis? Para além da visão cissexista e racista de muitos feminismos hegemônicos, para os quais só existem duas amostras de socialização no gênero: feminina e masculina, é possível falar em socialização travesti? Existem posicionamentos sociais, políticos e econômicos específicos para os corpos travestis no mundo? Agora, não quero mais olhar as corpos trans por suas localizações discursivas, simbólicas nem por meio de seus rompimentos com signos de representação. Quero ir além do agenciamento que acionamos para fazermos-nos possíveis, quero estudar outra dimensão do gênero. Quero entender como as relações sociais do cotidiano e suas trocas emocionais são fortes em nos conduzir por caminhos contraditórios (cheios de atravessamentos e de rupturas) que vão desembocar na feitura de minha identidade e de meu corpo (CONNELL, 2012).

Pensar a cidade como um mero terreno físico é um equívoco. Há movimentações de afetos que fazem dela uma cidade-corpo, um organismo vivo o qual se retroalimenta da vida, das instituições, das práticas e dos (des) encontros que perambulam por suas ruas e avenidas (HISSA e NOGUEIRA, 2013). O nosso corpo não é matéria bruta, monolítica, é, por si só, uma ponte, intermédio, pois ao se chocar com as interferências do espaço passa por processos de subjetivação. Não é à toa que os lugares carregam memórias e significados (HISSA e NOGUEIRA, 2013).

Portanto, de modo a complementar o primeiro capítulo, a minha vontade, aqui, é mostrar que minha travestilidade não estava pronta, completa, feita e pré-determinada ao lidar com as angústias, medos, e inseguranças da vida urbana transfóbica e machista, mas que, pelo contrário, ela foi se fabricando, aos poucos, por meio de processos de socialização disruptivos a partir da minha vivência e da minha exposição nos lugares em que estive. Aprender o gênero, corporificar-se e se tornar homem, mulher, travesti, necessita de entrecruzamentos institucionais e pessoais complexos que a vida cotidiana

oferece (CONNELL; PEARSE, 2015). Não há travesti antes dos conturbados percursos de interpelação e de socialização, pelo contrário, é um efeito dialógico com esses processos.

As três narrativas que vou passar a contar agora foram recicladas do artigo que publiquei na Revista Periódicus, em 2017, cujo título é “O Direito à Cidade em uma Perspectiva Travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos”.

2.4

Primeira narrativa: os olhares

Nessa primeira narrativa, utilizo da sociologia de Ervin Goffman (seus aportes conceituais) para analisar comportamentos regulados dentro de nossas microrrelações sociais e culturais (KIAN, 2014, p.315-317). Dessa forma, ao usar alguns dos conceitos criados pelo autor, consigo trazer minúcias sobre sensações que obtive ao vivenciar um espaço urbano dotado de interações transfóbicas.

Escolho trabalhar, primeiro, com dois sentidos corporais: olhares alheios e a minha própria voz, a fim de demonstrar que, por mais que estejam presentes no cotidiano de forma banal, eles ainda podem carregar, em determinadas situações³², certos significados capazes de modelar meu corpo e meu subjetivo ao transmitirem informações sobre quem eu sou (GOFFMAN, 2010).

Não faço esforço para lembrar o cansaço e esgotamento que sentia, bem no início da transição — quando ainda me apresentava de maneira mais andrógina e meu corpo era visto como algo esquisito para as pessoas cisgêneras. Quando saía na rua, ou até mesmo, enquanto transitava pela Faculdade de Direito na UnB (FD), recolhia, pelo caminho, muitos olhares de susto, de repulsa, de vergonha e até de riso. A sensação que me davam era de que minha caminhada não poderia nunca ser inocente ou fortuita; meu corpo direcionava aquelas pupilas, estas não conseguiam se dissipar no horizonte com uma figura como a minha ocupando o mesmo espaço que elas.

³² Situação: “(..) ambiente espacial completo em que ao o adentrar uma pessoa se torna um membro do ajuntamento que está presente, ou que então se constitui. As situações começam quando o monitoramento mútuo ocorre, prescrevem quando a última pessoa sai” (GOFFMAN, 2010, p.28).

Para Goffman (2010), quando indivíduos estão na presença iminente uns dos outros, uma comunicação tácita ocorre imediatamente; não se necessita de fala para que ela ocorra. Pois, muitas vezes, um assunto ganha relevância e importância sem a necessidade de uma comunicação direta.

Esses “assuntos” por mais que sejam silenciosos estão recheados de impressões cisnormativas e sexistas sobre os corpos. Um dos lugares em que eu percebi meu manejo com os códigos normativos de gênero foi o banheiro coletivo.

Os banheiros são “lugares mágicos de gênero”. Portais que se abrem para a legitimação ou estranhamento dos corpos que o adentram:

Na porta de cada banheiro, como único signo, uma interpelação de gênero: masculino ou feminino, damas ou cavalheiros, guarda-chuva ou chapéu, bigode ou florzinha, como se tivéssemos que entrar no banheiro para refazer o gênero mais do que se desfazer da urina e da merda (PRECIADO, 2019).

Por muito tempo, eu fui craque em segurar o xixi. Não queria ter que experienciar uma interação com alguma mulher no banheiro feminino e me sentir constrangida ou, pior ainda, ameaçadora. Mas depois que adquiri certa passabilidade, os pelos no rosto deram lugar a uma pele lisa e aos cabelos longos, eu passei a frequentar esse espaço mágico de produção de gênero, seja na própria FD, em *shopping centers*, no estágio (um órgão público), em festas, bares e restaurantes. Por mais que o banheiro pudesse ser um lugar em que conseguia, de forma sutil, comunicar a minha identidade de gênero — principalmente na FD, onde as pessoas se acostumaram a me perceber — é óbvio que a magia desse lugar específico continuava a me trazer ansiedade e temor, mesmo com as modificações corporais que estavam acontecendo comigo.

Quando me deparava com a presença de alguma mulher no banheiro, no momento de lavar as mãos ou retocar a maquiagem, em questão de minutos, eu ajustava meu corpo para tentar amenizar qualquer reação transfóbica. Eu me acostumei a erguer o meu tronco para ressaltar os pequenos seios escondidos no sutiã e deixava que os cabelos caírem sobre meu rosto para esconder qualquer traço de androginia ou para que não pudessem ver quaisquer rastros de penugem sobre minhas bochechas. Esse tipo de reação pode ser melhor compreendido por meio do conceito de ajuntamento desfocado de Goffman.

O ajuntamento, para o autor (GOFFMAN, 2010), se dá quando há a copresença de duas ou mais pessoas e a interação acontece de maneira desfocada, quando, ao olhar de relance, se consegue recolher certas informações. Isso explica bem a minha

necessidade em mostrar e esconder certas partes do meu corpo, para que eu conseguisse afirmar uma interação simples, sem riscos para mim; tudo para manter, a partir de um controle do meu corpo, uma calma no olhar cisgênero. É muito por conta desses momentos de tensão que tomei a decisão de iniciar um tratamento hormonal, pois as características desenvolvidas por ele trariam calma também a mim mesma e me permitiriam adentrar certos espaços com mais tranquilidade e segurança.

Se eu já modelava meu corpo para caber em uma interação desfocada, imagina os riscos que a interação focada poderia trazer para mim? Essa última interação acontece quando as pessoas estão em ajuntamento e começam uma comunicação mais especial que pode conter diálogos, por exemplo (GOFFMAN, 2010).

Um dia estava na companhia de uma amiga passeando por um *shopping center*, quando ela decidiu comprar um *milk-shake* em uma loja de *fastfood*. Já estava bem tarde, o comércio estava prestes a fechar, pois eram quase dez horas da noite. Eu aguardava fora da fila, enquanto minha amiga se ocupava em fazer seu pedido no caixa. Atrás dela, esperando para serem atendidos, havia dois homens conversando e um deles começou a me encarar. Eu comecei a ficar com vergonha e constrangida, porque ele não tirava os olhos de mim, naquela época uma figura de saia longa, batom, cabelos médios, com marcas de barba feita e seios marcados.

Esse homem ficou me olhando sem se mover, deixando-me bem desconfortável. Eu tomei fôlego, juntei a coragem que havia em mim e o encarei de volta, mostrando que, não estava curtindo nada daquela atitude estranha. Seu olhar só se desviou para chamar seu amigo a se juntar a ele naquela “observação”.

A sensação que eu tinha é que eles estavam vendo um Extra Terrestre e queriam decifrar “que merda que estava acontecendo” bem ali na frente deles. É óbvio que a minha “breguice de gênero” não estava conseguindo ser capturada por suas concepções cisnormativas bem organizadas. Eu juro que esperei um bom tempo, para que aquela conduta mudasse, mas não rolou; uma raiva foi crescendo dentro de mim até que eu explodi.

Comecei a dar pinta e fazer o famoso “barraco” para saber o quê que eles queriam comigo. Todo mundo começou a me achar uma louca, lógico. E a minha amiga, coitada, não estava entendendo nada. Já os caras, donos da encarada, levaram um susto com a minha atitude, eles nunca iriam imaginar que aquela “coisa” iria se impor sobre eles. Eles, então, começaram a discutir, negaram que estavam me olhando, mas tudo terminou com eles me chamando para a porrada do lado de fora do *shopping*.

Eu fiquei muito nervosa com toda aquela situação, queria me mostrar forte, mas por dentro estava vulnerável e tremia muito. Mas, no final das contas, eu fiquei feliz por ter sido corajosa em romper com aqueles de julgamento. O ato de encarar alguém em público não é uma atitude comum e pode ser entendida como uma espécie de sanção ao colocar a pessoa a qual recebe os olhares em uma classe distinta das outras, como se o lugar dela não fosse ali (GOFFMAN, 2010). Essas sensações de limitação, encurralamento e invasão começaram a ser constantes em minha vida e o “barraco” passou a ser uma ferramenta de combate bixa/travesti para resistir ao poderio desses homenzinhos medíocres que se acham o cúmulo da normalidade.

E é exatamente sobre eles, os homens, que minha próxima narrativa vai tratar. Sobre os efeitos da masculinidade cisgênera em relação aos corpos femininos, como o meu.

2.5

Segunda narrativa: os boy-cis-ht

Nos caminhos de minha socialização transfeminina, o homem cisgênero heterossexual sempre apareceu como um personagem principal. As esbarradas com essa masculinidade hegemônica sempre me lembraram o lugar degradante e frágil que eu ocupo no mundo. Seus atos ou, até mesmo, a mera possibilidade de sua presença nos espaços, levavam-me a encarar a extrema vulnerabilidade social e física a que criaturas como eu estavam expostas. Narrar sobre isso é muito importante para se criar um entendimento sobre como os abusos, o assédio e o medo da violência masculina, nos espaços urbanos, também são assuntos que concernem às mulheridades dissidentes e, também, às travestilidades.

Em 2017, não me recordo, agora, o dia em específico, mas era manhã, próximo de meio-dia, e eu estava voltando do meu estágio, em direção ao estacionamento em que deixei meu carro. Eu andava pela calçada, quando escutei um homem chegando próximo de mim. Ele estava carregando uma moto, com o capacete na mão e me chamava. Em um primeiro momento, eu pensei que ele queria pedir alguma informação, já que isso era algo comum de acontecer durante a ida e vinda do trabalho. Eu, então, cheguei perto, e ele sussurrou, com um sorrisinho no rosto, algumas palavras as quais eu custei a acreditar que eram reais. Eu fiquei muito chocada com o descaramento daquele homem em me chamar para ir em algum cantinho com ele fazer sexo, em plena manhã, na rua.

Eu neguei, rapidamente, e continuei andando, ainda sem acreditar que aquilo era real, mas parece que ele não “entendeu” que eu o havia negado. Ele subiu na moto e começou a me seguir pela grama, enquanto eu andava mais depressa pela calçada, e reforçou o convite. O sentimento que despertou em mim, ali, foi o de vergonha e, logo, percebi que não era certo eu sentir isso. Eu não podia continuar calada com um cara me perseguindo, tomado pela certeza que poderia fazer isso comigo. Uma voz dentro de mim começou a pedir, sem parar, para que eu reagisse de alguma forma. Comecei a pensar rápido: poderia entrar no colégio mais próximo, ou simplesmente sair correndo. Porém, no fim, eu convoquei aquela força interna, olhei bem na cara dele e enchi a boca para mandar ele se foder duas vezes. Ele apenas riu e foi embora.

Em 2019, em uma noite do mês de março, fui com uma amiga minha, também travesti, para uma festa que estava acontecendo de graça no Setor Comercial Sul. Tinha bastante gente e estávamos bem felizes por, finalmente, podermos curtir juntas, já que ela mora em Goiânia e nem sempre podemos desfrutar uma da companhia da outra.

A gente estava dançando bastante, bem felizes, e eu reparei que um homem alto e forte estava próximo de mim e me encarava. Eu não sabia se o olhar dele era de desejo, nojo ou curiosidade. Nessas horas, a gente nunca sabe o que se passa na cabeça desses caras; e não duvido nada de que possa ter sido uma mistura de tudo isso. Mas, enfim, continuei na minha e dançando. Até que decidimos ir juntas para o banheiro e tive que passar perto dele. O homem puxou meu braço, me pegou pela cintura e arrastou o joelho dele na minha genitália e disse: “é o teste do joelhinho”. Eu fiquei incrédula. Soltei-me dos braços dele e o questionei sobre o significado daquilo. Ele disse que era para saber se sou homem ou mulher. Meu Deus, diferente dos relatos acima em que eu demorava um tempo para tomar coragem e me expressar em situações de constrangimento, nesse dia, eu não precisei pensar por mais de 2 segundos para virar um bicho. Não me importei se ele era enorme, eu fui pra cima, apontei o dedo bem na cara dele e comecei a esbravejar um monte de coisa. Xinguei ele de tudo quanto é nome e, dessa vez, ah, dessa vez, fui eu quem chamou para a porrada. E se eu senti medo, receio, vergonha? Jamais! Acho que com a raiva que eu estava sentindo com aquele assédio era capaz de eu quebrar ele mesmo. O cara ficou pianinho, estava bêbado, começou a se afastar, e minha amiga logo me puxou para longe.

Em muitos outros momentos como esse, eu já me senti muito mal. Perdia a vontade de fazer qualquer coisa do meu dia, me sentia feia, uma perdedora, como se eu tivesse perdido o valor. Porém, nesse dia, depois desse acontecimento, eu voltei a dançar

com tudo, resolvi me focar apenas no presente que eu tinha ganhado por ter a minha amiga que eu não via há tanto tempo ao meu lado.

Meus relatos mostram interações que homens cisgêneros tiveram comigo que habitam a fronteira entre o desejável e o rejeitável. Essa relação ambígua é formulada pelo enquadramento de certas identidades como desviantes, enquanto outras se mantêm como normais, verdadeiras, normativas (FOUCAULT, 2002). E segundo Stallybrass e White (1986), os corpos que são expelidos como o “Outro”, por possuírem uma corporeidade contrária aos valores da elite e da visão hegemônica da sociedade, retornam, pelo imaginário social, como um objeto de nostalgia, fascinação e anseio; dessa forma, corpos marginalizados se tornam objetos representativos do desejo e da fantasia daqueles que pertencem às condições sociais normativas.

Pode-se, portanto, aplicar tal pensamento para o caso das travestilidades. E é o que faz a minha amiga Taya Carneiro Silva de Queiroz (2016) a seguir:

A contraposição simbólica entre acusação-desejo que circundam o corpo das travestis e mulheres transexuais se efetiva numa espécie de desejo sexual proibido. Uma repressão da sexualidade que acaba por fetichizar a figura de uma mulher com pênis e localiza as práticas sexuais dessa população no âmbito da marginalidade. O imaginário coletivo dessa relação acusação-desejo é perceptível sobretudo nos dados de que o Brasil é o país que mais consome pornografia envolvendo travestis e mulheres transexuais (PORNHUB INSIGHTS, 2016), em contraponto à posição de primeiro lugar entre os países onde mais se assassina pessoas trans (TRANSGENDER EUROPE, 2016).

2.6

Terceira narrativa: um pouco de reclusão, um pouco de coletividade

Minha última narrativa será dividida em dois momentos. O primeiro é sobre fuga das interações sociais e o segundo é sobre compartilhar espaços em manada, em agrupações.

Em 2017, eu perdi a vontade de realizar muitas atividades que me davam prazer, que me ajudavam a me sentir mais viva. Eu deixei de estar com pessoas amigas, não queria mais sair para me divertir, nem ir para encontros de militância, não queria mais estudar nada que me desse prazer e também parei de escrever; eu não queria ter que lidar com trocas e interações. Só queria ficar sozinha na minha, presa no meu quarto, sem ter que disponibilizar meu corpo para o mundo e receber seus estímulos.

Eu percebo, hoje, que

a principal causa de toda essa situação em que estive foi a violência que cometia contra mim mesma. Uma autocrítica e desconfiança de quem eu era ganharam proporções imensas que terminaram no meu isolamento. Eu buscava, a todo o momento, em cada instante, uma explicação coerente com Sentido e Origem sobre quem eu era. Sobre, especificamente, o que é ser Trans. Essas perguntas, que não possuem respostas adequadas e esperadas capazes de acalmar a ânsia presente em mim, fizeram com que eu apostasse que tudo isso que experienciava era Falso e Errado (...) A lógica que alcancei, então, foi a seguinte: se eu passar a não existir mais para o mundo externo, eu não precisaria ser interpelada por ele nem colocada à prova, e, assim, só me teria para mim. Logo, se eu tivesse que continuar viva, eu viveria somente para mim mesma; afastada de todos, sem ninguém para questionar-me, para duvidar de quem eu sou (ARARUNA, 2019).

A restrição em que me coloquei faz jus à compreensão de um dos objetivos deste capítulo que é a necessidade do Outro e das trocas interpessoais, no mundo “lá fora”, para me constituir. Eu não queria mais estar exposta aos olhares, questionamentos e violências próprios da rotina urbana, mas, ao mesmo tempo, entendo que ter essa experiência compõe camadas de uma socialização travesti. Conviver com a transfobia diariamente na minha rotina constrói a travesti que sou. E ter consciência desse processo é algo bem doloroso.

Só consegui escapar desses momentos de suspensão da vida externa, quando busquei estar próxima de pessoas trans e conhecer, com mais cuidado e atenção, seus processos subjetivos de experiência no gênero; quando me permiti me aproximar, de verdade, de suas narrativas e histórias. Foi a compreensão de nossas pluralidades, diferenças e afinidades, em descrever nossas vivências que fez com que eu percebesse a potência que há em contar nossas histórias.

Um dos meus dias de maior alegria ao lado dessas pessoas foi no dia 29 de janeiro de 2017, Dia Nacional da Visibilidade Trans. Aqui, no Distrito Federal, diversos coletivos que trabalham com a temática dos Direitos Humanos se juntaram a entidades do governo e da ONU³³ para promover uma semana inteira com ações voltadas sobre a população trans. E, de tudo que aconteceu durante essa semana, o dia 29 foi o mais importante e seus detalhes estarão marcados para sempre na minha memória.

Um bonde cheio de homens e mulheres trans, travestis e pessoas não-binárias foi até a Torre de TV da cidade, um lugar que sempre costuma ter muitas pessoas por ser ponto turístico reconhecido e por ser rodeado de lojinhas de artesanato e de comidas típicas do nordeste brasileiro. Subimos, então, até o mezanino daquele monumento e estendemos até lá embaixo uma bandeira trans gigantesca. As pessoas cis começaram a ficar intrigadas com a ação e com tantas pessoas trans reunidas em um só lugar.

³³ ONU é sigla de “Organização das Nações Unidas”.

Aquele momento de compartilhamento e reconhecimento entre nós, ao ocupar um espaço público bastante conhecido da cidade, me proporcionou um sentimento de tranquilidade. Eu, pela primeira vez, estava vivendo a vida urbana de uma outra forma: não estava cercada por abordagens desenhadas por uma imposição cisnormativa.

Acessar a cidade e seus espaços públicos, no dia 29, foi encarar de frente a possibilidade de uma transformação nos pressupostos do cotidiano urbano. As pessoas trans, presentes naquele local, ultrapassaram a experiência individual e atingiram uma capacidade política coletiva de enfrentamento às relações calcadas na discriminação e na desigualdade as quais legitimam a produção de espaços para a dominação física e ideológica de alguns grupos sociais em detrimento de outros (LIMA DA SILVA; MORAIS DOS SANTOS, 2015). Nossa presença, naquela tarde, para as pessoas cisgênero, foi um convite ou, até mesmo, um vislumbre de ruptura com as propostas normativas hegemônicas que caracterizam a cidade.

2.7

Com outra cidade, novas socializações de gênero são possíveis.

Viver a cidade é ser capturada pelos tecidos simbólicos e culturais que modulam nossas relações e (des) encontros. Sendo assim, ao pensar na malha urbana como um corpo heterogêneo e em constante mutação, percebo a potência que um movimento político, conduzido por corpos marginais e em coletividade, tem para traçar transformações e semear horizontes de interação mais comprometidos com a diversidade corporal e com uma mobilidade urbana mais segura. E, ao fazer isso, conduzir o sistema jurídico, como um todo, em uma direção mais democrática; organizando seus aparatos e seu próprio funcionamento em prol de seus fundamentos basilares.

A fala da vereadora da cidade de São Paulo Erika Hilton (2021), durante entrevista no programa Roda Viva no início desse ano, também reflete sobre como a cidade funciona como um campo estratégico para movimentar uma crítica consistente às falhas protetivas do sistema político e jurídico. Erika, por ser uma travesti preta, consegue, com facilidade, ressaltar o quanto o direito à cidade ainda é uma impossibilidade aos corpos dissidentes. Entretanto, não posso deixar de exaltar a esperança que me rege ao ser contemporânea de uma pessoa que, ao ocupar um cargo político de grande relevância na nossa sociedade, não teme em repensar, de forma radical, os nossos modelos de território urbano. Ela diz o seguinte:

É uma loucura, menina, é uma doideira. Porque a gente vê realmente o quanto nós estamos descoladas do que é o direito à cidade. Como nosso corpo só serve para estar nas esquinas de madrugada, quando nós não saímos à rua, quando nós não vamos ao teatro, quando nós não vamos ao restaurante, ao cinema, ao shopping; quando nós somos vistas numa cidade, como São Paulo, apenas para ser humilhada, apedrejada, assassinada; o quanto os equipamentos de saúde, muitas vezes, não sabem lidar com os nossos nomes, não sabem lidar com as nossas questões. Este corpo e esse caminho que esse corpo traça é babado, é confusão e gritaria, a gente sabe disso. E essa confusão e essa gritaria nos traz uma percepção de cidade muito diferente das outras pessoas que podem sair das suas casas, ir para seus trabalhos, se conectar nos finais de semana com as suas famílias, transitar pela cidade à luz do dia, ter direito a ir de um bairro para outro, a consumir os equipamentos de cultura, de saúde, de entretenimentos dos centros, os parques de diversão; aquilo que para nós ainda é negado, aquilo que nós ainda estamos tendo que brigar e lutar pelo mínimo (...) então este corpo que tem a negação disso e que quando ousa sair à luz do dia, que quando ousa ir ao shopping, quando ousa ir a um estabelecimento tem a sua vida colocada em risco, tem a sua identidade usada como chacota, como uma ridicularização, faz com que nós compreendamos que estamos em lugares muito distintos, que a nossa visão é completamente diferente da visão hegemônica, e que a capacidade de transformação vem das nossas mãos. Somos nós — mulheres trans e travestis, homens transexuais, negros e negras — que temos o poder de revolucionar, transformar e construir uma cidade equânime, justa, menos desigual e pra todos. Porque nós estamos na exclusão, nós estamos nas margens, nós estamos tendo que processar o que é essa negação, processar o que é esse não-direito para pensar sobre ele. É muito violento (HILTON, 2021).

Com a proposta do direito à cidade, eu consigo anunciar uma visão mais dinâmica e inter-relacional sobre a constituição de minha identidade, já que as falhas existentes na proteção ao meu direito à vida urbana compõem traços de minha socialização de gênero. É por isso que luto por um novo modelo de urbanidade e de sociedade, como um todo, para que as nossas localizações identitárias não sejam forjadas dentro de tessituras de violência. Acredito que é por meio dos encontros e trocas políticas e afetivas entre pessoas dissidentes que podemos fissurar os arranjos sócio-espaciais e simbólicos construídos e vislumbrar novos mundos. A cidade não deve nos engolir, ela precisa ser reformulada por nós, entre nós; geógrafo David Harvey mostra como essa retroalimentação coletividade-cidade é algo existente e que está aí o segredo da transformação (2008):

[...] o direito à cidade [...] é muito mais do que a liberdade individual de acessar os recursos urbanos: trata-se do direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. É, além disso, um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício do poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de criar e recriar nossas

idades e a nós mesmos é, como desejo demonstrar, um de nossos direitos humanos mais preciosos, mas também um dos mais descuidados.

Assim, enxergo o direito à cidade como direito à vida urbana, pois está na experiência carnal, vivencial, dentro de uma temporalidade da banalidade, nas esbarradas e sufocos que reivindico o meu direito a existir por outros percursos, por outras abordagens. Diferentes rumos nos nossos processos de socialização e de constituição de si podem ser apontados se novos arranjos nas relações da malha urbana forem assegurados. Portanto, por meio da cidade híbrida, cheia de possibilidades e com a força de seus corpos múltiplos, eu retiro o Direito de seu altar formal e distante e o trago para o cheiro, para o toque, para o mundo material, da carne. E com a contínua exigência do meu direito à vida na urbanidade, exponho a hipocrisia jurídica ao justificar sua incapacidade em garantir democracia a determinados grupos sociais vulneráveis (LEFEBVRE, 1991).

Meu poema “Enxergue as Travestis no Gerúndio”, que vou mostrar logo abaixo, apresenta uma necessidade que eu tenho de buscar novas formas de ver e perceber o corpo transfeminino. Não mais como eu apresentei aqui durante este capítulo, mas com uma leveza em capturar essa feminilidade em constante desenvolvimento; um devir que acontece em outro tempo diferente da norma cisgênera, em que o gênero é dado já no ultrassom, mas por uma cronometragem em constante acontecimento. E essa nova sensibilidade em absorver a diversidade corporal só será possível se novos caminhos simbólico-territoriais forem coordenados. Aqui vai:

Meu corpo me aperta de orgulho
sempre que afino e cultivo meu olhar
em busca de perceber nas travestis
suas banalidades;
suas comunesas e
ordinariedades,
em meio a seus cotidianos diários mais ociosos e chatonildos.

É porque elas sempre causam burburo alto, fuxico, risaiada na cidadela
e fascínio nas mídias televisivas.
Por isso, então... o gostoso de pensá-las
por meio do acaso,
por meio da esbarrada,
do tropeço, da bobeira;
sem mané firula, sem mané curiosidade.
Só olho na pele e pronto.
Bem simples.

Quando eu olho assim, dá pra enxergar uma beleza furtiva que
 — logo na encarada ingênua e discreta —
 me apresenta umas moças...
 todas feitas de horas e minutos;
 todas feitas de recreio, de intervalo.
 Como se suas dobras e cantinhos espelhassem o peso do ponteiro-tic-tac na
 carne.
 Como se seus poros suados fossem pegadas deixadas pela farinha da ampulheta.
 Dá pra ver que essas moças são esculpidas de demora, calma e nervosismo com
 o tempo.

(...)

E é exatamente aí que mora a boniteza toda: durante o processo de confecção.
 Erro teu achar que as travinha ficam atraente assim só depois de meses-anos.
 Se tua mirada conseguir sutil singeleza, tu vai ver...
 vai enxergar a beleza escondida na rotina; naquilo que é diário e habitual.
 A lindura tá no gerúndio: enquanto o negócio tá acontecendo.
 Enquanto arrumam o cabelo, trocam de roupa, e aplicam a seringa;
 enquanto crescem os seios, tiram o xuxu, e ajeitam a neca.

Enxergar a travesti pronta e discursar sobre ela é fácil!
 Julgamento cisgênero e patriarcal.
 Quero ver
 é deixar o olhar coçar
 pra formosura mundana e óbvia
 que o tempo desperta e imprime
 no coro dessas moças.
 É só quetar os olhos.
 É só deixá-los curtir a vista; apreciar a paisagem.
 Sem crise, tá bom? Sem complexos e grandes reflexões.
 Sem constrangimentos, gagueiras, convulsões e teorias.
 É só...
 olhar, enxergar.

(...)

É bom sacar o mundo em desembaraço, sabe?
 É bom (ARARUNA, 2019)

Após absorver tudo isso, dou início, agora, a uma análise sobre como organizações políticas, artísticas e culturais podem modificar as estruturas da cidade e, ao mesmo tempo, trazer novas perspectivas para o mundo jurídico, a fim de adensar uma abertura ao ordenamento jurídico frente às demandas políticas de povos racializados e gênero-diversos. Não podemos esquecer do caráter revolucionário que nossas vozes, nossas histórias e nossas presenças podem oferecer, para que novas possibilidades de existir e habitar o mundo aconteçam.

3.

Corpolítica: rumo a uma Transdemocracia

3.1

Corpolítica: empoderamento de uma subjetividade coletiva

Depois de caminharmos por duas propostas de análise sobre a construção das identidades travestis/transfemininas e entendermos a força de nossas pluralidades e coletividades na afirmação de nossas existências e no impulso pela transformação social, vou agora trazer perspectivas de uma experiência real de um agrupamento político cujo trabalho foi capaz de fornecer subsídios a um mundo jurídico mais aberto, amplo e democrático.

No final de 2014, na UnB, eu e mais alguns amigos demos início a um espaço de militância e afeto, que no decorrer dos anos se tornou uma família para todes nós: a Corpolítica. Uma coletiva LGBTQIA+ que nos possibilitou inúmeras atividades políticas, educacionais e culturais ligadas às temáticas de gênero, sexualidade, raça e classe. Ali dentro eu conheci pessoas que ganharam tanta importância na minha vida, que mesmo com o fim do projeto, após 3 anos, mesmo com as brigas, com a distância e as diferenças de trajetória profissional, ainda, assim, são detentoras de todo meu amor e carinho.

Nesse espaço, eu iniciei meu processo de transição ao lado de outras pessoas trans e ao lado de pessoas cis que também passaram a questionar a naturalidade da cisnormatividade. Eu nunca me senti tão acolhida e pertencente em toda a minha vida. Nós éramos incríveis juntas.

Nossa maior proposta era a constante busca por uma visão interseccional de mundo (CRENSHAW, 2002). A gente, constantemente, fazia uma autocritica por nem sempre conseguirmos cumprir com essa finalidade, já que, muitas vezes, errávamos na divisão de tarefas ou nas análises formuladas. Por isso, a gente dizia que a interseccionalidade não seria apenas um marco teórico e metodológico de onde partiria a nossa ação, mas, também, um horizonte a ser perseguido sem cessar. É daí que vem o nosso intuito com o termo “coletiva”, pois há a manutenção de uma tentativa infinita em considerar as vivências e experiências de todas as pessoas que faziam parte, e como isso afetaria as atividades que desempenharíamos (PIZA-DUARTE *et al*, 2020).

Nossa intenção ao trazer a interseccionalidade como motor de nosso impulso político é fazer com que as nossas diferenças não fossem mais assimiladas e domesticadas em prol de uma unidade; como acontece, muitas vezes, nos espaços de ensino, em que ocupamos, por exemplo. Os conflitos internos que as diferenças propiciam entre as identidades — entre as posições sociais de cada corpo a depender dos atravessamentos do racismo, machismo, transfobia e desigualdade de classe — possuem um potencial produtivo. Ao invés de rechaçá-las, quando se passa a torná-las parte do processo dinâmico do grupo, possibilita-se desenvolver uma prática política mais expansiva, rebelde e, também, disponível a possibilidades de alianças estratégicas (BUTLER, 1997).

As atitudes da coletiva eram voltadas ao ganho de uma consciência de si e de seu papel na sociedade, enquanto agentes individuais e coletivos detentores de direitos e de potência transformativa. Criávamos canais de diálogo tanto para o estudo de teorias e visões diferenciadas de mundo, quanto para o entendimento de nossos direitos e práticas de luta. E o resultado ganho era percebido e sentido diante de uma força que o grupo ganhava com as afirmações identitárias cheias de orgulho de cada integrante, isto é, com um empoderamento de pessoas em simbiose que deságua no empoderamento da agrupação política (BERTH, 2018).

Para a feminista negra Joice Berth (2018), o empoderamento surge quando as pessoas que se encontram pertencentes a grupos sociais vulneráveis se retiram da posição de vítima do *cistema* e passam a absorver um senso de responsabilidade em derrotar as estruturas de opressão que as cercam. Empoderar-se é estar diante de uma escuta ativa em relação à diferença do outro; é deixar germinar em si autoconfiança e autoestima para o enfrentamento diário, mas tendo como fim a tessitura de uma teia de reconhecimento mútuo de nossa humanidade e de nossa capacidade para a cooperação e para a solidariedade. Não há empoderamento real se ele for apenas individual. O poder só pode ser exercido, de forma democrática, se estiver amparado em uma ideia de comunidade, pois é na coletividade que se encontra os caminhos conflituosos para novos destinos políticos, econômicos e culturais.

A Corpolítica, então, se tornava possível, enquanto coletiva, em diversos lugares importantes do Distrito Federal; começando pela Universidade de Brasília, dirigiu-se para o centro da cidade, Rodoviária Central e Biblioteca Nacional, até chegar nas periferias. Nestas, atuamos no espaço “Jovem de Expressão”, em Ceilândia, na “Casa Frida”, em São Sebastião e no Mercado Sul, em Taguatinga. A escolha por esses locais se deu por serem pontos de cultura e de encontro de jovens que visam por justiça social. E sabemos

que um dos caminhos para se pensar outros modos de libertação e igualdade sociais é por meio de territorialidades as quais apresentam interações que fervem por mudanças políticas e sociais radicais. O espaço, como já foi visto no capítulo anterior, é matriz para novas dimensões de existência, sociabilidade e por disputas incessantes por direitos (PIZA-DUARTE *et al*, 2020).

As articulações “corpoliticanas” eram principalmente três: rodas de conversa; atividades culturais e artísticas (lambe-lambe, oficinas de zines, colagem de cartazes pela rua, ensaios fotográficos e saraus poéticos); e oficinas com a temática dos Direitos Humanos em colégios públicos do DF. Mas, além disso, também mantínhamos contato com uma rede próxima ao governo do estado e com organizações internacionais, como a ONU, por exemplo, no intuito de formular políticas públicas e canais de denúncia voltadas para a comunidade LGBTQIA+.

3.2

A Extensão corpoliticana como ocupação da univerCidade

Em 2016, a coletiva passa a ser, também, projeto de extensão da Faculdade de Direito da UnB. A necessidade de adicionarmos “extensão” a esse projeto é devido a uma vontade em tensionar um espaço específico da cidade que é a universidade; retornamos a esse lugar, onde surgimos, para ocupá-lo com o trabalho que já realizávamos e, também, para ampliar nosso ponto focal de combate dentro de uma estrutura ausente em redes de apoio para estudantes racializados e com gênero e sexualidade diversos. A nossa presença, de maneira mais regular e ativa, no espaço universitário, possibilitou, ao lado de outras agrupações LGBTQIA+, que novos programas e ações fossem realizados, como: atendimentos psicossociais para vítimas de violência; diretorias de combate à violência LGBTfóbicas; sensibilização dos funcionários e docentes com a presença dessas temáticas; redes de pesquisa e estudo sobre direitos de minorias políticas; e, até mesmo, a ampliação de um debate sobre ações afirmativas na pós-graduação e no recebimento de bolsas para assistência estudantil (PIZA-DUARTE *et al*, 2020).

A UnB, desde, seus primórdios, foi criada para ser uma universidade que corresponderia à modernidade da cidade de Brasília. O antropólogo Darcy Ribeiro, que esteve envolvido desde o início da construção desse novo pólo de saber do país, lutou para que a Universidade de Brasília fosse um centro futurista, sempre à frente do seu tempo, cheio de inovações. O objetivo maior desse projeto educacional era retirar o Brasil

de um atraso científico, dependente de referências externas e preso a uma subalternidade na produção de conhecimento e de entendimento da própria cultura. É por isso que a UnB foi caracterizada, pelo seu idealizador, como uma utopia concreta, pois é uma universidade voltada por um desejo ardente por mais democracia, autonomia e por um saber mais libertário e criativo (BOMENY, 2016). A Corpolítica, então, avança como projeto de extensão na Faculdade de Direito, a fim de dar seguimento a essa utopia, pois se acredita que com o avanço da emancipação de grupos vulneráveis disputando o cerne das estruturas universitárias, avança-se, concomitantemente, a própria proposta de democratização do saber e de crítica política do sonho universitário.

Para as pessoas que sempre foram vistas como objeto de estudo — fetiche da pesquisa científica hegemônica —, ocupar a cidade, a partir de um núcleo de criação de reflexão social, como a UnB, é um caminho de construção epistemológica sobre nossas próprias experiências, sobre um novo olhar sobre a violência e, também, de revolta para com os saberes especializados (Direito, Medicina, Psicologia) os quais sempre tiveram, durante a história, a legitimidade em falar por nós. É a busca por uma ruptura dos binarismos canônicos reiterados pela academia e das perspectivas totalizantes; quando nos organizamos em coletivo e colocamos nossa carne exposta aos caminhos acadêmicos, fissuramos falsas ideias de representação e deslocamos as compreensões de ensino e pesquisa. Assim, novas fronteiras são interpostas e rupturas com uma visão dominante de mundo se torna cada vez mais palpável e possível.

A Corpolítica desenvolveu duas estratégias para realçar o vínculo de nossas atividades extensionistas à pesquisa e ao ensino. Criamos, primeiro, disciplinas de estudo com teorias criadas pela e sobre a população LGBTQIA+ dentro da FD; tínhamos a intenção de estudar teorias científicas étnico-raciais e de gênero e sexualidade, como uma forma de nos preenchermos de nossas perspectivas situadas, a fim de construir uma subjetividade fortificada frente às violências cotidianas e de combate à ciência heterocisnormativa e branca. Depois, realizamos em comunhão a outros coletivos e organizações aliadas, o 1º Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão LGBTI+, como forma de contestar, a partir de nossas produções científicas e nossas práticas, a comunidade acadêmica tradicional (PIZA-DUARTE, 2020).

Para além dessa expressividade crítica ao Saber e ao Poder, dentro do território jurídico da FD, o projeto de extensão permite uma reescrita de nossas identidades individuais e coletivas por meio de uma nova sensibilidade que surge ao estarmos em bando questionando as prescrições de conhecimentos dominantes. Firma-se, a partir da

nossa presença, uma resignificação do desprezo e do estigma que recai sobre nossos corpos e uma reconstrução nas práticas de acolhimento, cuidado, escuta e de afeto nesses espaços disciplinadores. A atriz e intelectual travesti Renata Carvalho fala, em uma entrevista concedida à revista acadêmica “Performatus”, sobre o poder da representatividade dos corpos trans nas artes. Podemos transferir sua análise para um contexto de corpos plurais dissidentes dentro da Universidade: “(...) Precisamos fazer parte do conceito de Humanidade, precisamos conviver com esses corpos, precisamos ter esses corpos presentes, só assim traremos humanidade e naturalização de nossos corpos e identidades. Isto só alcançaremos com REPRESENTATIVIDADE” (GIORDANO, 2019).

Todo um imaginário social sobre os corpos de pessoas trans, negras, periféricas, gordas, sapatonas e bichas é transmutado quando essus sujeitos se veem possuidores de suas próprias narrativas, quando nomeiam a norma (MOMBAÇA, 2016) e situam seu lugar de fala (RIBEIRO, 2017). E aqui vamos entender esse “lugar” pelo qual falamos não só com base em nosso entendimento sobre as marcas sociais de gênero, raça e corporeidade criadas pelo processo colonial as quais produzem nossas identidades, mas, além disso, reivindicamos um espaço sócio-político da cidade, um espaço educacional e de criação de conhecimento, que sempre nos foi negado, a universidade, como uma tática de sobrevivência e de revolta às exclusões e violências que nos atravessam.

E não é difícil ver como o ressoar de nossas vozes é poderoso e construtor de novos caminhos. É por causa da força incessante dessa coletividade e de suas estratégias de reinvenção de si e do mundo que podemos perceber, após alguns anos, o impacto na política institucional. Posso citar como exemplos duas decisões recentes e muito importantes do STF em relação à população LGBTQIA+: 1) Em 2018, permitiu-se que pessoas trans alterassem seus prenomes e sexo em seus registros civis sem a necessidade de cirurgia e autorização judicial³⁴ e 2) Em 2020, decidiu-se por inconstitucional os dispositivos de normas do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que excluía do rol de habilitados para doação de sangue homossexuais e travestis³⁵.

³⁴ Sobre o caso, pode-se ver em: [https://site.cfp.org.br/stf-decide-que-trans-podem-mudar-registro-civil-sem-cirurgia/#:~:text=O%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20\(STF,cirurgia%20de%20mudan%C3%A7a%20de%20sexo.](https://site.cfp.org.br/stf-decide-que-trans-podem-mudar-registro-civil-sem-cirurgia/#:~:text=O%20Supremo%20Tribunal%20Federal%20(STF,cirurgia%20de%20mudan%C3%A7a%20de%20sexo.)

³⁵ Sobre o caso, pode-se ver em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-08/em-decisao-historica-stf-derruba-restricao-de-doacao-de-sangue-por-homossexuais.html>.

Dessa forma, podemos perceber o quanto uma coletiva extensionista é capaz de modular o espaço em que atua e projetar não só novas articulações para o pensamento social, mas, além disso, projetar novas constelações de existência política para o nosso futuro. A extensão pode ser vista como um aparato bélico para a mudança, pois o diálogo horizontal entre comunidade acadêmica e o saber popular e experiencial que ela proporciona pode ser encarado dentro de uma perspectiva de “educação popular”, conceito trabalhado pelo filósofo e educador Paulo Freire. Para este (1985), um ensino diferenciado seria aquele capaz de superar uma educação elitista, bancária, dominadora e alienante.

Sendo assim, a coletiva e projeto e extensão Corpolítica ajuda-nos a entender como que esse jogo contraditório entre saberes e perspectivas de mundo, que acontece dentro de um espaço de disputa como a universidade, traduz potencialidades de germinação de novos mundos. Abre-se, portanto, um leque de possibilidades, para que esses poderes especializados — como o Direito, por exemplo, no caso dessa pesquisa — possam se repensar e permitir que seus rasgos e rupturas internos sirvam como fundamento para uma democracia em constante desenvolvimento.

3.3

Novos espaços, novos tempos

ou

Como as bixas quebram a fábrica?

Com a Corpolítica, eu pude dar mais vazão ainda a minha arte. Eu era uma das escritoras oficiais do grupo. Nunca escrevi tanto na minha vida e com tanto gosto. Foi ali que descobri que podia, sim, levar poética à academia, que quando vivência e ciência se juntam, a riqueza de detalhes para a compreensão do mundo é muito maior. Comecei a fazer disciplinas e cursos de escrita e não parei mais de tornar essa atividade algo relevante para mim e para outras pessoas também.

Minha escrita se desenvolveu em quatro eixos: poemas, contos, ensaios e artigos científicos. E foi graças a essa vocação que eu escrevi meu primeiro livro, o “Bricolagem Travesti”, e com suas vendas, juntei um *money* e peguei meu ticket transporte para o teatro. Antes, como já havia dito, lá na introdução, achava que só conseguiria entrar em um curso de teatro e seguir estudando o que eu mais queria em toda a minha vida, depois

de passar num concurso. Ainda bem que rolou antes. E, desde então, eu nunca mais parei de seguir realizando meu sonho.

A atuação e a escrita, então, começaram a andar juntas, uma sendo base para a outra. E eu sempre usei a arte como um caminho bélico e político, como uma arma capaz de decifrar o mundo. Acredito que é por meio da criatividade, onde mora uma explosão de sentidos e significados, que possibilidades de existência podem germinar. É por isso que muito da minha pesquisa nas artes está voltada para a produção de mitologias sobre a construção das identidades travesti. Eu gosto de usar do espaço simbólico e imaginativo das artes para pensar narrativas-outras, ficções políticas, sobre as travestis, as quais funcionam como metáforas capazes de, por um lado, desvendar as normas e violências de gênero tão naturalizadas no mundo em que vivemos e, por outro, a agitar possibilidades de outros mundos em que eu ainda vou viver.

Suely Rolnik, (2019), escritora e crítica de arte, diz que a arte é capaz de trazer uma outra forma de apreensão da vida, que vai além da representação e do sensorial, é o que ela chama de percepto (que não se confunde com a percepção). Este seria uma “emoção vital” ou afeto, algo que perturba, abala, atinge; ou seja, não possui imagem, palavra ou gesto que o corresponda, nada que o torne expressivo, diz respeito ao que é vivo e pulsante em nós e fora de nós, uma espécie de pulsão ou intuição. É um saber-do-corpo o qual traz uma outra experiência subjetiva, algo extra-cognitivo; o que nos constitui também são forças relacionais que agitam o fluxo de vida do mundo, assim encontramos aquilo que há de comum entre os seres vivos: esse processo afetivo contínuo de transmutação e reverberação de energia. Dessa forma, pode-se sustentar a ideia de que o mundo existe dentro de nós e o nosso corpo produz gérmenes de outros mundos em estado virtual, um porvir.

E a arte que transborda suas próprias fronteiras, debruçando-se em (des) encontros com práticas ativistas, tem o potencial em acionar uma pulsação desejante que pede por futuro, pelo novo, pelo devir. E esse mundo que se pré-anuncia será efetivado a partir do processo de “transdução”, ou seja, a passagem das qualidades intensivas dos afetos para uma experiência sensível e representativa. Quando se inventa algo, essa criação se inscreve na crosta do mundo e gera desvios e rupturas em sua arquitetura atual (ROLNIK, 2019). A criatividade pode se tornar uma imagem, uma figura;

mas também um novo modo de existência, de sexualidade, de alimentação, uma nova maneira de relacionar-se com o outro, com o trabalho, com o Estado

ou com qualquer outro elemento do entorno. Seja qual for esse algo, o que conta é que ele carregue consigo a pulsação intensiva dos novos modelos de ver e sentir — que se produziram na teia de relações entre os corpos e que habitam cada um deles singularmente —, de modo a torna-los sensíveis (ROLNIK, 2019, p. 61).

Essa micropolítica, estudada por Rolnik (2019), que percebo germinar nas práticas corpolíticas coletivas e nas minhas performances artísticas travestis (escrita e atuação), não requer um ideal de futuro já formulado, planejado e pronto, mas, sim, uma vontade que aponta no agora e que clama por acontecer. E quando esses desejos conseguem, por fim, decifrar caminhos para se estabelecer nos nossos territórios sensoriais macropolíticos (institucionais, diplomáticos, principiológicos, carnavais, visuais), rompem com o tradicional, o hegemônico, com o que está instituído.

É com essa deixa que começo a pensar uma proposta de Transdemocracia e junto a ela, o estabelecimento de um mundo jurídico fissurado, longe de seu altar, de suas falsas proteções, de seu núcleo opressivo, disciplinador e dominante. Vou em busca de um Direito aberto a ressignificações, a novas propostas corporais e espaciais; um mundo jurídico em um infundável estado germinativo, em constante mutação.

3.4

Transdemocracia: por um Direito aberto aos afetos chega-se ao traviarcado

Depois de entender como que a nossa autodeterminação frente ao mundo colonial gera uma composição de corpos plurais, os quais, em meio a suas diferenças, encontram pontos de conexão em sociabilidades marcadas pela violência, chego, enfim, à conclusão de que é por meio de nossas coletividades contraditórias e conflitivas que possamos vislumbrar novos caminhos políticos, sociais e jurídicos. Para cumprir um projeto de Democracia futura, precisamos, enquanto comunidade colonizada, não só nos empenharmos em escutar as diversas demandas de grupos oprimidos, mas, também, nos atentarmos a uma nova linguagem de entendimento do mundo; uma linguagem criativa que escape da colonialidade, da branquitude, do elitismo, do patriarcado, do binarismo e da cisgeneridade (ARARUNA, 2019).

O Direito, foco de crítica deste estudo, é uma ferramenta linguística que disciplina e dirige a constituição dos corpos na sociedade e seus comportamentos. Ao refletir sobre seus caminhos e propostas discursivos — seja manuseando diretamente seus aparatos

técnicos, seja na forma como o estudamos e interpretamos seu ordenamento —, podemos explorá-lo de uma forma contrária a uma compreensão tradicionalmente rígida e estável. O Direito abarca uma noção ousada ao se permitir um jogo com seus mecanismos de linguagem; é possível encontrar liberdade abrindo o “juridiquês” a conceitos inventivos, os quais darão conta de novas corporeidades e espacialidades reivindicativas (WARAT, 2004).

Para um estudo e uso alternativo das ferramentas do Direito, é preciso recorrer a outros campos do conhecimento, a fim de descobrir conceitos que descumpram com verdades canonizadas e pré-montadas bastante diagnosticadas nas práticas jurídicas. Um novo saber se produzirá nesse campo específico do Poder, quando as diferenças forem aceitas enquanto produtoras de novas dimensões simbólicas, sensoriais e interpretativas dos conflitos sociais. Isso fomenta a necessidade de se analisar o Direito à luz da poesia, da arte e dos impulsos afetivos provenientes de corpos situados na marginalidade do sistema (WARAT, 2004).

É importante para mim, enquanto travesti unida às aglomerações de corpos dissidentes, que a nossa gramática não se torne um campo isolado da disputa político-jurídica, pelo contrário, que ela possa gritar nossas experiências e devaneios e, assim, causar rupturas semânticas nos discursos cisnormativos sobre o mundo.

Nós somos mais, transbordamos essa linguagem do dominador que não nos deixa falar, que não nos permite compor nossas próprias rimas e poesias. Esse vocabulário, ainda em construção, é signifiante, porque nos auxilia a sermos entendidas/os, inteligíveis e, enfim, a existirmos. Portanto, a Democracia que queremos não é aquela que se estende até a margem, até as esquinas para assimilar esses sentidos e essas palavras. Pelo contrário, um projeto de Democracia real deve ser aquele que é engolido pela margem e pelas esquinas, deixando que as linguagens libertas possam servir de texto para uma nova organização sociocultural. Uma Transdemocracia é aquela que nos dará palco para realizarmos uma política corporal e do impossível (ARARUNA, 2019, 47).

Essa Democracia em constante abertura diz respeito a um desafio de compreensão de sua constante exclusão. Pois, sempre que se afirma direitos a uma população, a uma circunstância de luta, surge uma delimitação linguística, isto é, a delimitação do corpo daqueles seres titulados pelo asseguramento de direitos e, ao mesmo tempo, a demarcação de um campo amplo e abrangente daqueles excluídos por esses direitos. E isso não precisa ser entendido como um problema, pelo contrário, a nossa história constitucional possibilita uma constante remodelação em nossa identidade constitucional ao manter um

processo permanente de atenção à inquietude entre a inclusão e a exclusão. Esse processo permite a organização e a disputa pela conquista de concepções cada vez mais complexas sobre os nossos direitos fundamentais. Os recursos principiológicos da Constituição podem ser constantemente reinterpretados, o que faz com que a nossa Democracia sempre esteja inacabada e próspera a se manter em movimento (CARVALHO NETTO; SCOTTI, 2011).

Os saberes e afetos suscitados pelas travestilidades e pelas coletividades gênero-dissidentes geram inquietações às estruturas sociais héterocisnormativas e brancas (às dominações coloniais). Nossas presenças e pulsões libidinais propõem questionamentos, investigações e criações, o que provoca novos fluxos epistêmicos e novas propostas imaginativas para as subjetividades e para os espaços sociais. E é nesse caminho que trago a noção de “traviarcado”, enquanto uma necessidade de futuro, em oposição ao domínio patriarcal (também colonial) atual. Essa inversão conceitual estratégica aponta uma busca por uma rearticulação de mundo, voltada às dissidências e a suas novas formas de apreensão da vida (LEAL, 2018).

Por fim, quero dizer que a minha função, como travesti-jurista, é me manter firme na contestação e na disputa dos *cistemas* que me compõem,

(...) Ou seja, é interagir com as preces de um sistema normativo e excludente como o Direito, mas é também corroer suas entranhas e persuadir seu vocabulário, para que esse complexo normativo e valorativo fale com essa gramática-trans ainda em movimento, ainda em construção. Mas, para que isso aconteça, é preciso que vocês, que me escutam, também desnaturalizem, historicizem e estranhem essas normativas disciplinares que são compostas de dominação e privilégios.

Diante disso, termino dizendo que poucas e poucos de nós ainda têm forças em permanecer frente a seus olhares, falando sobre nosso lugar no mundo, sobre nossos corpos e nossa pauta política, porque somos constituídas e constituídos dos restos dessa população trans em cada quina de cidade, em cada canto de país. Está na hora de vocês entenderem que pessoas trans existem e que elas possuem narrativas próprias. Nós somos um levante de homens embocetados e de mulheres penianas que reivindicam autonomia e transformação. É pelos nossos territórios corporais não serem dignos de existência no espaço-cidade que novas epistemologias e imaginários sociais devem vir à tona, a fim de que possamos, em suma, permanecer. E isso só vai acontecer quando estivermos construindo nossos próprios pensamentos, fundando nossa própria semântica e ocupando espaços de legitimação de novos saberes para, então, disputar, com gana, um novo conceito de mundo. Que caia o mito social que nos extermina. Que vigore uma Transdemocracia (ARARUNA, 2019, p. 48).

Considerações finais

As articulações deste trabalho nos levam a entender os caminhos turvos da construção de gênero de identidades desviantes, as quais carregam em suas relações potencialidades de crítica e fratura com tecnologias e saberes historicamente coloniais. Pode-se perceber que as identidades trans, especificamente as transfemininas/travestis (maior foco desta pesquisa), se constituem em um diálogo disruptivo constante com o disciplinamento do Direito. Primeiro, como contraponto às narrativas de controle da vida desse Poder unido aos saberes da Medicina e Psicologia, depois em meio às falhas desse disciplinamento, como no caso das normativas sobre o Direito à Cidade; ou seja, estamos gravitando sempre ao redor do controle jurídico, em que a violência é uma constante em nossas vidas, seja quando o Direito nos contém ou quando ele é falho em nos proteger.

E é por nos inventarmos nos desvios, percalços e rearticulações com essas discursividades coloniais que nos entendemos coletividade, multidão. Juntas traçamos estratégias contra esses regimes canônicos e hierarquizantes, transformando os espaços espistêmicos, sociais e arquitetônicos que ocupamos. Jogar esse jogo é promover novos caminhos para ser corpo, novas rotas de subjetivação e socialização. A diversidade que instauramos como regra carrega potências afetivas as quais colocam em cheque nossos regimes de representação corporal, do fazer político e de produção do Saber, tidos como “normais”, “científicos” e “legítimos” (PRECIADO, 2011).

A Transdemocracia surge, então, como um estado democrático futurista, mas que realiza suas tessituras desde já. Aberta às escutas de nossas narrativas e linguajares afiados — tecidos por nossas corporeidades periféricas nos regimes do gênero, da sexualidade e da raça —, tem seu *modus operandi* político não mais pela ratificação de binarismos e racionalidades excludentes, mas, pelo contrário, atua pela escuta ativa de uma constelação semântica a qual produz

tensões capazes de produzir novas afetações e sensações ainda inomináveis; um espaço linguístico que visa um futuro incerto, incalculável em seus pormenores, mas consciente de seu *continuum*, de seu estado de acontecimento, de existência pelo gerúndio, daquilo que existe enquanto se faz, por meio da erotização, da intensidade, da percepção, da intuição e da experimentação; um território que une historicidade e imprevisibilidade, onde permite que as sensações e as criatividade produzam significados, os quais, por sua vez, saibam que sempre estarão prestes a se deteriorarem em novas experiências sensoriais (ARARUNA, 2021).

São nossas pluralidades fabricadas em meio a contradições e conflitos internos e externos que convidam toda a sociedade jurídica a usar suas técnicas e ferramentas em prol de um movimento cultural mais amplo e justo, sem verdades fechadas e pré-estabelecidas que nos engolem por seus moldes restritos. Uma comunidade transdemocrática é a proposta de um devir de mundo que não teme suas falhas e rachaduras, mas que, não só as acolhe em suas bases, como também não teme suas possíveis transmutações gradativas e até mesmo a sua superação. A única previsão possível que fazemos do *cistema* é por meio de uma acusação e violência corporal gramatical constate até que ele padeça e implore por novos percursos. Até que, enfim, “ele” necessite se tornar “ela”, “elus”, outras coisas as quais ainda não sei identificar precisamente, mas já consigo vislumbrar a partir de suas germinações no aqui e agora.

Referências bibliográficas

(TVT), T.-T. **Working Definitions.** [s.d]. Disponível em:<<http://transrespect.org/en/working-definitions/>>. Acesso em 02 jul. 2017.

ARARUNA, M. L. 2021. **Moças de Bricolagem.** Disponível em:<<https://www.transfuture.etc.br/maria>>.

ARARUNA, M. L. **Bricolagem travesti.** Brasília: Padê, 2019.

ARRUDA, Lino Alves. **Monstrans:** figurações (in)humanas na autorrepresentação travesti/trans* sudaca. 2020. 301 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

BAGAGLI, B. P. 13 jan. 2016. **Afinando A Noção De “Socialização” E Refutando Algumas Distorções.** Disponível em:<<https://transfeminismo.com/afinando-a-nocao-de-socializacao-e-refutando-algumas-distorcoes/>>.

BENTO, B. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008. (Primeiros Passos).

BENTO, M. A. da S. **Pactos narcísicos no racismo:** Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. (Tese de doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002.

BERTH, J. **O que é empoderamento?.** Belo Horizonte: Letramento, 2018. (Feminismos Plurais)

BOMENY, H. Universidade de Brasília: filha da utopia de reparação. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 31, p. 1003-1028, 2016.

BUTLER, J. Merely Cultural. **Social Text**, vol. 15, n. 3-4, p. 265-277, 1997.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2019.

CARNEIRO, A. S.; FISCHMANN, R. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

Carta Mundial do Direito à Cidade. Fórum Social das Américas – Quito – Julho 2004; Fórum Mundial Urbano – Barcelona – Setembro 2004; V Fórum Social Mundial – Porto Alegre – Janeiro 2005. Disponível em: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/carta_mundial_direito_cidade.pdf>.

CARVALHO NETTO, M. de; SCOTTI, G. **Os Direitos Fundamentais e a (In) Certeza do Direito**: A Produtividade das Tensões Principiológicas e a Superação do Sistema de Regras. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

CARVALHO, D. L. **Mobilidade Urbana e Cidadania no Distrito Federal**: um estudo do programa Brasília Integrada. 2008. 124fs. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília. 2008.

CARVALHO, M. CARRARA, S. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil, In: **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**. n.14. pp.319-351. Ago. 2013.

CAULDWELL, D. O. Psychopathia transexualis. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S. **The transgender studies reader New York**: Routledge, 2006. p. 40-44.

CÉSAIRE, A. **Discurso Sobre a Colonização**. 1978. Disponível em: <<https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/aime-cesaire-discurso-sobre-o-colonialismo.pdf>>.

COHEN, J. J.; DONALD, J.; GIL, J.; SILVA, T. T. **Pedagogia dos monstros**: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CONNELL, R. Transexual Women and Feminist Thought: Toward a New Understanding and New Politics. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 37, n. 4, p.857-881. 2012.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). 02 mar. 2018. **STF decide que trans podem mudar registro civil sem cirurgia**. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/stf-decide-que-trans-podem-mudar-registro-civil-sem-cirurgia/>>.

CÔRTEZ, Ana de Mello. Discriminação judicial por identidade de gênero: um diagnóstico. **Revista Direito e Práxis**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 101-128, mar. 2019. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2018/30750>>.

COSTA, R. da S. M. **Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960**: Relatos do Jornal O SNOB. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Rio de Janeiro, 2010.

COX, L. **Vamos falar de outras feminilidades**: se não sou uma mulher? Geledes, 16 ago. 2011. Disponível em: <Disponível em: <https://bit.ly/2II5FWD> >.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E. e BOCHNER, A. P. Autoethnography: An Overview. **Forum: Qualitative Social Research Sozialforschung**, Berlim, v. 12, n. 1, Art. 10, p.1-18, jan. 2011.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, [S.L.], v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882004000100003>>.

FOUCAULT, M. **Os Anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão, tradução: Raquel Ramalhete. 20a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **The politics of education**: culture, power, and liberation. Westport, CT: Bergin and Garvey, 1985.

FREITAS, A. de. **Ensaio de construção do pensamento transfeminista**. Mídia Independente, 2005. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/12/340210.shtml>>.

G1. 07 mar. 2017. **Travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário.** Disponível em:<<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>>.

G1. 21 jan. 2019. **Homem é preso em Campinas após matar travesti e guardar coração: 'Era um demônio'.** Disponível em:<<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/01/21/homem-e-preso-em-campinas-apos-matar-e-guardar-coracao-da-vitima-em-casa.ghml>>.

G1. 28 jun. 2021. **Manifestantes pedem fim da violência contra mulheres trans e lembram caso Roberta, que teve 40% do corpo queimado no Recife.** Disponível em:<<https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2021/06/28/manifestantes-pedem-fim-da-violencia-contra-mulheres-trans-e-lembram-caso-roberta-que-teve-40percent-do-corpo-queimado-no-recife.ghml>>.

GIORDANO, D. "Entrevista com Renata Carvalho". **eRevista Performatus**, Inhumas, ano 7, n. 20, abr. 2019.

GOFFMAN, E. **Comportamentos em Lugares Públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis: Editora Vozes. 2010.

HALBERSTAM, J. **A arte queer do fracasso**. Libanio, Bhuvi. Recife: Cepe, 2020.

HARVEY, David. The right to the city. **New Left Review**, v.53, set-out. 2008.

HILTON, E. "EU quero ir ao parque sem ser ridicularizada", comenta Erika Hilton no Roda Viva. São Paulo: Youtube, 2021. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=j0mxtLdjsvg>>.

HISSA, C. E. V.; NOGUEIRA, M. L. M. Cidade-corpo. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.54-77, jan/jun. 2013.

KIAN, A. Ervin Goffman da produção social do gênero à objetivação social das diferenças biológicas. In: **O gênero nas Ciências Sociais**: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014. p.313-326.

KOYAMA, E. **The transfeminist manifesto**. Eminism.org, 2001. Disponível em:<<http://eminism.org/readings/pdf-rdg/tfmanifesto.pdf>>.

KRAFFT-EBING, R. **Psychopathia Sexualis**: as histórias de caso. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAURETIS, T. de. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEAL, D. T. B. **Performatividade transgênera**: equações poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LIMA DA SILVA, A.; MORAIS DOS SANTOS, S. M. “O sol não nasce para todos”: uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. **Ser Social**, Brasília, v. 17, n. 37, p.498-516, jul-dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/19039/13583>.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p.73-101, 2008. Disponível em: <<http://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>>.

MAKKEDA, A. R. **Deixe Como Está**: Sobre O Corpo-Discurso De Pessoas Trans E Travestis. 2017. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/deixe-como-esta-sobre-o-corpo-discurso-de-pessoas-trans-e-travestis/>>.

MINUCZ, W. **Reflexões em Crise Disfórica**. 2017. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/reflexoes-em-crise-disforica/>>.

MOMBAÇA, J. **Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência**. Publicação comissionada pela Fundação Bienal de São Paulo em ocasião da 32ª Bienal de São Paulo. Incerteza Viva, 2016.

MICHELLE. Né nicole. Youtube, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vg_4UlxAM>.

NOBRE, A. **Não Uso Mais Biquini**. 2016. Disponível em: <<http://osentendidos.revistaforum.com.br/2016/01/13/nao-uso-mais-biquini/>>.

OLIVEIRA, J. 08 mai. 2020. **Em decisão histórica, STF derruba restrição de doação de sangue por homossexuais**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-08/em-decisao-historica-stf-derruba-restricao-de-doacao-de-sangue-por-homossexuais.html>>.

PIZA-DUARTE, E.; SANTOS-PEREIRA, G.; COSTA, G.; OLIVEIRA, J. C.; ARARUNA, M. L. Corpolítica: colectiva y proyecto de extension LGBT. Extension popular y guerrilla estetico-politica de vivencias LGBT. **Revista CS**, n. 32, 2020, p. 163+. Disponível em: <<https://go.gale.com/ps/i.do?id=GALE%7CA648167777&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=abs&issn=20110324&p=IFME&sw=w&userGroupName=anon%7E775e2013>>.

PORNHUB INSIGHTS. 05 fev. 2016. **Redtube and Brazil**. Disponível em: <<http://www.pornhub.com/insights/redtube-brazil>>. Acesso em 16 ago. 2017.

PRECIADO, B. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. In: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis: janeiro-abril, 2011.

PRECIADO, P. B. “Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino”. Trad. de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. **eRevista Performatus**, Inhumas, ano 7, n. 20, abr. 2019.

QUEIROZ, T. **Montação**: os usos da moda na comunicação da identidade de gênero de travestis e mulheres transexuais. 2016. 125 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília.

RESTREPO, E; ROJAS, A. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais)

ROCON, P. C.; SODRÉ, F.; ZAMBONI, J.; RODRIGUES, A.; ROSEIRO, M. C. F. B. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 22, n. 64, p. 43-53, 7 dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622016.0712>.

RODRÍGUEZ, C. **Dramas Pobres**. Santiago: edição da autora, sem data.

ROLNIK, S. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2019.

SHOCK, S. **Poemario Trans Pirado**. Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2011.

STALLYBRASS, P.; WHITE, A. **The Politics and Poetics of Transgression**. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

STOLLER, R. **A experiência transexual**. Rio de Janeiro: Imago, 1982.
Transgender Europe (TGEU). Trans day of remembrance 2020 press release. In: **Trans respect versus transfobia**. Disponível em <<https://transrespect.org/en/tmm-update-trans-day-of-remembrance-2018>>.

VENCEREMOS, R.; SILVA, P. I.; RIQUEISON SOBRINHO, H. (Org.). **(Re)existir com poesias**. Brasília: Distrito Drag/CELGBT-DF, 2019.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

VIEIRA, H. **O Corpo da Travesti e a Abjeção**. 2015a. Disponível em:<<http://osentendidos.revistaforum.com.br/2015/03/22/o-corpo-da-travesti-e-abjecao/>>.

VIEIRA, M. 17 DEZ. 2015b. **‘Reivindico o direito de ser monstro’**: Discurso de Indianara Alves Siqueira, criadora do PreparaNem. Disponível em:<<https://projetocolabora.com.br/artigo/reivindico-o-meu-direito-de-ser-monstro/>>.

WARAT, L. A. **Territórios desconhecidos**: a procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade. Florianópolis: Boiteux, 2004.

ZIVI, K. Rights and the politics of performativity. In: CARVER, T.; CHAMBERS, S. A. **Judith Butler’s Precarious Politics**: Critical encounters. London and New York: Routledge, 2008.